

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE – CCA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – SAREN

ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL COMO UM
DESAFIO PARA A AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO EM
IRANDUBA, AM

LORENA FAÇANHA LEITÃO

MANAUS
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE – CCA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – SAREN

LORENA FAÇANHA LEITÃO

ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL COMO UM
DESAFIO PARA A AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO EM
IRANDUBA, AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área Serviços Ambientais e Recursos Naturais – SAREN.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Therezinha de J. P. Fraxe

MANAUS
2007

LORENA FAÇANHA LEITÃO

ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL COMO UM
DESAFIO PARA A AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO EM
IRANDUBA, AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área Serviços Ambientais e Recursos Naturais – SAREN.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Ao meu esposo, pelo apoio incondicional e pela compreensão em todos os momentos. A minha querida mãe, pelo incentivo desde o início da minha vida acadêmica. Vocês acreditaram em mim de forma atuante. E aos meus sobrinhos, como exemplo de que os maiores obstáculos podem ser vencidos, e vãos mais altos podem ser alçados com coragem, determinação, fé e confiança em Deus.

OFEREÇO

Em primeiro lugar a Deus, o Grande Deus Todo Poderoso a quem sirvo e para sempre servirei com temor, dedicação e fé, por ter me colocado e me fortalecido nessa caminhada. A Ele devo tudo que tenho, tudo que sou e todas as vitórias que já alcancei.

Ao meu pai e minhas irmãs, pelo apoio e pelas orações.

A minha orientadora, Dra. Therezinha Fraxe, pelas orientações e pelo acompanhamento constante e indispensável. Seus conhecimentos e suas instruções muito contribuíram para o meu crescimento.

A Dra. Joana D'Arc Ribeiro (in memoriam) por todo o apoio no início dessa caminhada e pelas primeiras orientações. Foram de grande valor.

A Universidade Federal do Amazonas pelas oportunidades, e em particular ao CCA, representado pelos seus funcionários, pela ajuda sempre que solicitada.

Aos amigos moradores das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Tomé, no município de Iranduba, pela acolhida, pela hospitalidade, pela agradável convivência e pela colaboração durante a realização da pesquisa.

Aos colegas alunos, pelo companheirismo, pela parceria e pela amizade.

AGRADEÇO

“E, se algum de vós precisa de sabedoria,
peça-a a Deus, que a todos dá
liberalmente; e ser-lhe-á dada”.

Tiago 1.5
(Bíblia Sagrada)

RESUMO

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que pode ser definido como “viagem a uma área natural”, utilizando de forma sustentável o patrimônio natural e cultural local, incentivando sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista, e promovendo o bem-estar das populações anfitriãs. Como uma atividade sustentável, deve estar firmado sobre três pilares: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade social. Sobre esta última está o foco deste trabalho. Com o objetivo de investigar as implicações sociais do ecoturismo sustentável em comunidades locais do município de Iranduba (AM), foi realizado um estudo nas comunidades São Tomé e N. Sra. do Perpétuo Socorro por meio de observação direta. Foi realizada a aplicação de um formulário focal para a caracterização de cada comunidade. Os dados quantitativos e qualitativos foram coletados através de entrevista estruturada e de entrevista não-diretiva, respectivamente. O estudo caracteriza a forma como o ecoturismo é praticado nas comunidades, analisa a participação dos diversos atores envolvidos na atividade na busca da gestão participativa, verifica a influência do ecoturismo sobre o modo de vida dos comunitários e também identifica suas principais necessidades. O ecoturismo tem grande importância social e econômica nas comunidades pesquisadas, não só pela geração de empregos diretos e indiretos, mas também pela valorização de seus costumes e de sua cultura, da consciência ambiental e até da auto-estima das populações. Os hotéis funcionam como o ponto de ligação entre os turistas/visitantes, atraídos pelas belezas naturais locais e pela riqueza desse povo, e as comunidades locais. O estudo revelou, no entanto, um distanciamento entre os princípios do ecoturismo e a forma como ele é praticado de fato. Faz-se necessária a adoção de medidas de caráter político, estrutural e organizacional para que o ecoturismo venha, de fato, apresentar um caráter sustentável e mais justo em relação às populações locais. Essas medidas dependem do comprometimento e da negociação entre os diversos setores envolvidos e responsáveis pelo sucesso da atividade, o que deve estar contido em um planejamento estratégico multidisciplinar sério e abrangente, que é o ponto crucial para a reparação das desigualdades e das deficiências.

Palavras-chave: Ecoturismo – Sustentabilidade – Populações locais – Planejamento estratégico.

ABSTRACT

Ecotourism is a segment of the touristic activity which can be defined as a trip to a natural area, using the natural and cultural patrimony of the local population in a sustainable way, encouraging their preservation and the formation of an environmentalist conscience, and promoting the local populations welfare. As a sustainable activity, ecotourism must be firm on three pillars: environmental, economic and social sustainability. On this third one is the focus of this work. With the goal of investigating social implications of the sustainable ecotourism in local communities of Iranduba (AM), a study was going accomplished in two communities: São Tomé and N. Sra. do Perpétuo Socorro, through the direct observation, which was the first contact with the communities. In this first moment, was accomplished the application of a focal form for the characterization of each community. After that, the quantitative and qualitative data gathering began, through the structured interview and the not-directive interview, respectively. Through this study was possible to characterize the way how the ecotourism is practiced in these communities, analyze the participation of the several actors involved in the activity, aiming a participant managing, verify the ecotourism influence on the way of life of the communities and also identify their main needs. Ecotourism has a huge social and economic importance for these communities, not only for the generation of direct and indirect jobs, but also for the valorization of their habits and their culture, the creation of an environmental conscience and even for the self-esteem of these people. The hotels act like the link among tourists/visitors – attracted by the natural local beauties and by the wealth of this people – and the local communities. The study revealed, however, a great distance between ecotourism principles and the way as it is really practiced. It's necessary the adoption of important political, structural and managing changes, so that ecotourism, in fact, to present a sustainable and juster character regarding the local populations. These changes depend on the engagement and the negotiation among the several involved and responsible sectors for the activity success, what must take part in a serious and comprehensive strategic planning, which is the breakpoint for the reparation of inequalities and deficiencies.

Key-words: Ecotourism – Sustainability – Local Populations – Strategic Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do município de Iranduba no Estado do Amazonas.....	38
Figura 2 -	Cais do São Raimundo, Manaus	39
Figura 3 -	Cais do Cacau Pireira, Iranduba	40
Figura 4 -	Hospital Hilda Freire, Iranduba	41
Figura 5 -	Agência dos Correios, Iranduba	41
Figura 6 -	Agência do Banco do Brasil, Iranduba	42
Figura 7 -	Agência do Banco Bradesco, Iranduba	42
Figura 8 -	Moto-taxistas reunidos na Praça dos Três Poderes	43
Figura 9 -	Avenida principal de Iranduba	43
Figura10 -	Praça dos Três Poderes	44
Figura11 -	Prédio do Poder Judiciário, Iranduba	44
Figura12 -	Hotel Ariaú	45
Figura13 -	Hotel Lago Salvador	45
Figura14 -	Hotel Acajatuba Jungle Lodge	46
Figura15 -	Antigo Leprosário – Vila de Paricatuba	47
Figura16 -	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	49
Figura17 -	Localização das comunidades N. Sra. do Perpétuo Socorro e São Tomé....	50
Figura18 -	Vista da comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro	51
Figura19 -	Vista do Lago Acajatuba a partir da comunidade N. Sra. do P. Socorro	51
Figura20 -	Limpeza do terreno para a criação da comunidade N. Sra. do P. Socorro ..	53
Figura21 -	Limpeza do terreno para a criação da comunidade N. Sra. do P. Socorro ..	53
Figura22 -	Procissão de N. Sra. do Perpétuo Socorro	54
Figura23 -	Danças típicas – Comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro	55
Figura24 -	Festejo de N. Sra. do Perpétuo Socorro	55
Figura25 -	Campeonato de futebol - Comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro.....	56
Figura26 -	Vista da Comunidade São Tomé	57
Figura27 -	Arquitetura das casas - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	67
Figura28 -	A escola da comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro	76
Figura29 -	Posto de Saúde – C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	76
Figura30 -	Centro Social - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	78
Figura31A-	Campo de futebol 1 - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro.....	79

Figura31B- Campo de futebol 2 - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro.....	79
Figura32A- Igreja Católica	80
Figura32B- Igreja Evangélica Presbiteriana	80
Figura32C- Igreja Evangélica Assembléia de Deus	80
Figura 33 - Loja de artesanatos - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	81
Figura 34 - Loja de artesanatos - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	82
Figura 35 - Crianças da comunidade confeccionando artesanato	82
Figura 36 - Escola São José – C. São Tomé	88
A professora da comunidade São Tomé na nova escola, com alguns	
Figura 37 - alunos	89
Figura 38 - Avenida do Turismo - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	92
Figura 39 - Tucano “Teco” - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	93
Seringueira marcada pela retirada do látex - C. N. Sra. do Perpétuo	
Figura 40 - Socorro	93
Figura 41 - Casa da Borracha - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	93
Figura 42 - Grupo de turistas - C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	94
Figura 43 - Chegada de um grupo de turistas à comunidade São Tomé	94
Figura 44 - Visita ao estabelecimento comercial – C. São Tomé	95
Figura 45 - Sr. Elias na casa da borracha - C. São Tomé	95
Figura 46 - Objetos produzidos com o látex	96
Figura 47 - Sr. Elias exibindo uma jibóia	96
Figura 48 - Turista estrangeira coma jibóia enrolada ao seu pescoço	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Percentual amostral da pesquisa em cada comunidade.....	62
Gráfico 2	– Local de nascimento dos entrevistados – C. N. Sra do Perpétuo Socorro....	69
Gráfico 3	– Grau de escolaridade - C. N. Sra do Perpétuo Socorro	70
Gráfico 4	– Melhoria dos serviços - C. N. Sra do Perpétuo Socorro	75
Gráfico 5	– A proteção da natureza pela comunidade - C. N. Sra do Perpétuo Socorro.	83
Gráfico 6	– Local de nascimento - C. São Tomé	86
Gráfico 7	– Grau de escolaridade - C. São Tomé	86
Gráfico 8	– Melhoria dos serviços - C. São Tomé	90
Gráfico 9	– A proteção da natureza pela comunidade - C. São Tomé	90
Gráfico10A–	Opinião sobre um turismo intenso na comunidade – C. N. Sra do Perpétuo Socorro.....	99
Gráfico10B–	Opinião sobre um turismo intenso na comunidade – C. São Tomé	100
Gráfico11A–	O turismo gerando benefícios para a comunidade – C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	100
Gráfico11B–	O turismo gerando benefícios para a comunidade – C. São Tomé.....	101
Gráfico 12	– Participação das comunidades nas decisões relacionadas ao turismo	103
Gráfico 13	– Reuniões com todos os atores envolvidos no turismo – C. São Tomé	104
Gráfico 14	– Pontos negativos do Turismo – C. N. Sra do Perpétuo Socorro	105
Gráfico15A–	A renda gerada pelo turismo como fator de motivação para a proteção da natureza – C. N. Sra do Perpétuo Socorro	108
Gráfico15B–	A renda gerada pelo turismo como fator de motivação para a proteção da natureza – C. São Tomé	109
Gráfico16A–	O volume de turismo atual gerando uma renda satisfatória – C. N. Sra do Perpétuo Socorro	110
Gráfico16B–	O volume de turismo atual gerando uma renda satisfatória – C. São Tomé .	110
Gráfico17A–	A oferta de empregos nos hotéis para as pessoas da comunidade – C. N. Sra do Perpétuo Socorro	111
Gráfico17B–	A oferta de empregos nos hotéis para as pessoas da comunidade – C. São Tomé	111
Gráfico18A–	Condições de trabalho – C. N. Sra do Perpétuo Socorro	113
Gráfico18B–	Condições de trabalho – C. São Tomé	113

Gráfico19A–	Suficiência salarial para a manutenção da família – C. N. Sra do Perpétuo Socorro	114
Gráfico19B–	Suficiência salarial para a manutenção da família – C. São Tomé	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tipos de construção das residências – C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	67
Tabela 2 –	Faixa etária da população - C. N. Sra do Perpétuo Socorro.....	68
Tabela 3 –	Faixa etária dos entrevistados - C. N. Sra do Perpétuo Socorro.....	68
Tabela 4 –	Sexo dos entrevistados - C. N. Sra do Perpétuo Socorro	68
Tabela 5 –	Faixa etária dos entrevistados – C. São Tomé	85
Tabela 6 –	Sexo dos entrevistados – C. São Tomé	85
Tabela 7 –	Turismo tradicional X Ecoturismo	98
Tabela 8 –	Pontos positivos do turismo nas duas comunidades	105
Tabela 9 –	Cargos ocupados pelas pessoas das comunidades nos hotéis locais	112
Tabela 10 –	Sugestões para que o turismo traga mais benefícios para as comunidades	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- A.C. – Análise de Conteúdo
Amazonastur – Empresa Estadual de Turismo (AM)
Apud – Citado por
CAT – Centro de Atendimento ao Turista
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibid – Na mesma obra
Id. – O mesmo autor
MEB – Movimento de Educação de Base
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Proecotur – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
T.A. – Turismo Alternativo
UICN – *International Union for the Conservation of Nature* – União Internacional para Conservação da Natureza
WWF – *World Wild Fund* – Fundo Mundial para a Vida Selvagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1.1 Ecoturismo e sustentabilidade social.....	19
1.2 A importância das comunidades locais para o desenvolvimento do ecoturismo	26
1.3 A influência do ecoturismo sobre o modo de vida de comunidades locais.....	29
1.4 Gestão do ecoturismo	32
2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	37
2.1 Descrição da área de estudo.....	37
2.1.1 Município de Iranduba.....	37
2.1.2 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	50
2.1.3 Comunidade São Tomé	57
2.2 Classificação da pesquisa	59
2.3 Coleta de dados.....	60
2.4 Definição da população e da amostra.....	62
2.5 Técnicas de tratamento, análise e interpretação dos dados	63
2.5.1 Análise dos dados qualitativos	63
2.5.2 Análise dos dados quantitativos	65
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
3.1 Dinâmica social das comunidades.....	66
3.1.1 Caracterização social da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	66
3.1.2 Caracterização social da comunidade São Tomé	84
3.2 Ecoturismo e sustentabilidade social como um desafio para as comunidades estudadas no município de Iranduba (AM) – um estudo de caso	91
3.2.1 “A visita à casa do caboclo”	91
3.2.2 Ecoturismo Sustentável – a teoria versus a realidade nas comunidades investigadas.	97
3.2.3 A gestão do ecoturismo e a participação da comunidade na tomada de decisões	102
3.2.4 A influência do ecoturismo sobre o modo de vida de comunidades locais.....	107
3.2.5 A questão do emprego	109
3.2.6 Sugestões para uma atividade turística mais sustentável para as comunidades ...	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126
ANEXOS	129
Anexo A – Modelo do Diário de Campo.....	129
Anexo B – Modelo do Formulário Focal	130
Anexo C – Modelo do Formulário de Entrevista Estruturada.....	134

INTRODUÇÃO

Ecoturismo pode ser conceituado como o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

De acordo com Fennell (2002), o ecoturismo, um dos segmentos do turismo alternativo, surgiu como consequência da insatisfação com as formas deletérias tradicionais do turismo. É uma alternativa mais benéfica e mais sustentável que o turismo tradicional em relação ao meio ambiente e às comunidades locais.

Krippendorf (2001) estabelece uma hierarquia para os objetivos da atividade ecoturística, na qual as populações autóctones têm prioridade sobre todos os outros atores envolvidos na atividade (o ecoturista e o setor econômico). Muito mais do que meros beneficiários desta atividade, as comunidades são, na verdade, atores importantíssimos no processo, e, portanto, elementos que devem ser integrados ao desenvolvimento do ecoturismo desde seu estágio mais preliminar de planejamento, até sua implementação e operação.

As comunidades locais têm importância ímpar para o sucesso da atividade ecoturística, pois elas são as grandes responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual também dependem para sua sobrevivência.

O desenvolvimento do ecoturismo, de acordo com a forma como é planejado, pode gerar tanto impactos negativos quanto positivos. Se de um lado estão os danos ao meio ambiente local e à comunidade, por outro lado, o ecoturismo pode gerar significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais, dentre os quais podem ser destacados a diversificação da economia local, a diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural, a geração local de empregos, o melhoramento das infra-estruturas de transporte, comunicações e saneamento, entre outros. A condição para o sucesso da atividade ecoturística

a partir do ponto de vista da comunidade, é maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos.

Para Sachs (2002, p. 76) a “gestão negociada e contratual dos recursos é a pedra fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável”. É o planejamento participativo, ou seja, a participação da comunidade no processo (VIEIRA, 2001).

Tal modalidade de gestão exige um processo de negociação entre os atores envolvidos (população local e autoridades), que geralmente é muito doloroso devido aos interesses antagônicos entre as partes (id., *ibid.*).

Baseando-se nessa perspectiva e diante da reconhecida necessidade de se conhecer melhor a relação entre o turismo e a realidade sócio-econômica das populações locais da Amazônia, este estudo visa investigar as implicações sociais do ecoturismo em comunidades locais do município de Iranduba, Amazonas.

As questões centrais que norteiam este estudo são: o ecoturismo representa uma estratégia de sustentabilidade social para as comunidades que habitam a Amazônia? O ecoturismo tem colaborado para o fortalecimento das comunidades pesquisadas, ou tem atendido apenas aos interesses econômicos externos? Os benefícios sociais, ambientais e econômicos têm superado os impactos negativos causados pelo desenvolvimento da atividade ecoturística? Como a comunidade vê e como ela qualifica o turismo? Quais são as suas reais necessidades? Como os diversos atores envolvidos no ecoturismo se relacionam?

Tais questionamentos se tornam inevitáveis em um momento em que a preocupação com a questão ambiental passa a fazer parte da agenda internacional, quando a sustentabilidade social e ambiental dos atuais modelos de desenvolvimento é discutida.

O objetivo principal do trabalho é investigar as implicações sociais do ecoturismo em comunidades locais do município de Iranduba. A partir daí, seguem-se os objetivos específicos: analisar a participação da comunidade no planejamento e desenvolvimento da

atividade ecoturística; avaliar a influência do ecoturismo sobre o modo de vida (econômico, cultural, social, ambiental, lazer, acesso a bens e serviços) das comunidades; verificar as ações estratégicas dos gestores da atividade ecoturística para a inclusão social das comunidades; determinar as principais dificuldades a uma gestão participativa; identificar junto às comunidades as principais necessidades/ carências.

Verifica-se a necessidade de se caracterizar um modelo de ecoturismo mais humano¹ em relação às populações locais da Amazônia, que leve em consideração suas particularidades, suas reais necessidades e seus valores culturais e sociais.

As populações amazônicas têm um relacionamento muito estreito com toda a biosociodiversidade que as cerca, não só pela dependência desses recursos para sua sobrevivência, mas também pela origem de suas tradições, costumes, lendas, culinária e outros. Assim, tais populações precisam ser consideradas, consultadas e “compensadas” por quaisquer perturbações que uma atividade econômica venha causar ao seu bem-estar e a sua forma de vida, para que estes não sejam comprometidos.

A investigação tem um caráter predominantemente qualitativo, embora tome como referência, também, dados quantitativos, que contribuem para dar maior alcance analítico e ampliar a representatividade das informações. Os procedimentos adotados para a coleta de dados foram os seguintes: observação direta, entrevista estruturada e entrevista não-diretiva.

Os dados coletados e devidamente interpretados, proporcionarão benefícios indiretos às comunidades, pois poderão auxiliar na elaboração de documentos sobre seus problemas sociais, econômicos e ambientais. Com os resultados, será possível obter um banco de dados a serem implementados tanto em um plano diretor, como para projetos sociais do Estado.

¹ Se refere a uma atividade que preconiza o ser humano, suas necessidades e seu bem-estar, acima dos interesses econômicos.

Para uma ordenação clara e coerente do estudo, ele foi dividido em três capítulos: *Fundamentação Teórica, Descrição Metodológica e Resultados e Discussão*.

O capítulo 1, *Fundamentação Teórica*, aborda o referencial teórico indispensável à elucidação do problema investigado. Este capítulo trata da origem, definição e importância do ecoturismo para as comunidades locais, assim como a reciprocidade da relação, além de alguns fundamentos para uma gestão bem sucedida da atividade do ponto de vista social das comunidades.

O capítulo 2, *Descrição Metodológica*, tem início com uma breve descrição do município de Iranduba e das comunidades estudadas, passando aos procedimentos metodológicos adotados para o alcance dos objetivos propostos.

O capítulo 3, *Resultados e Discussão*, apresenta e discute os resultados propriamente ditos, e está dividido em duas partes: *Dinâmica Social das Comunidades*, que faz uma caracterização social de cada comunidade: modos e condições de vida, aspectos sociais, econômicos e culturais, moradia, alimentação, saúde, infra-estrutura; e finalmente *Ecoturismo e sustentabilidade social como um desafio para as comunidades estudadas no município de Iranduba (AM) – um estudo de caso*, onde é feita a caracterização e análise da atividade ecoturística praticada nas comunidades a partir dos dados coletados, tomando como referência todo o referencial teórico estudado.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 *Ecoturismo e sustentabilidade social*

Segundo Fennell (2002) o turismo é uma das maiores indústrias do mundo, e seu funcionamento está ligado a muitos dos principais setores da economia mundial, como podemos citar o de transportes, de alimentos, de serviços etc. Por sua vez, está relacionado aos aspectos econômicos, socioculturais e ambientais da sociedade e o que torna complexo sua definição.

Não há uma definição amplamente aceita do que constitui a indústria do Turismo; qualquer definição corre o risco de superestimar ou subestimar a atividade econômica. Em poucas palavras, essa indústria é aquela que tira as pessoas de casa para levá-las a outro lugar (e de volta também) e que provê alojamentos e comida para eles enquanto estão fora. (FENNELL, 2002, p. 15,16)

O Turismo tem recebido críticas² por sua capacidade de desenvolver e também de transformar as regiões tornando-as totalmente diferentes. Se por um lado o Turismo é um agente que promove desenvolvimento de longo prazo, por outro, a perturbação ambiental e social nas regiões transformadas pode ser desastrosa. O Turismo de massa³, segmento turístico predominante por muitos anos, é um dos principais alvos de tais críticas.

Para o autor, o Turismo de massa tem sido muito criticado por oferecer poucos benefícios de compensação para a região de destino, sua população e seus recursos naturais. Além disso, muito pouco do dinheiro gasto ali fica no local, gerando mais recursos. Muitos empreendimentos hoteleiros são construídos e abastecidos com produtos que vêm de fora; têm pouca demanda por alimentos e mão-de-obra locais; são administrados por pessoas de outras

² Assim como Marilena Chauí, entendo crítica como uma obra do pensamento que pode ser reconstruída a qualquer momento, podendo ser validada ou negada, positiva ou negativa.

³ Caracterizado por um grande fluxo turístico. Ocorre a partir dos anos 50, com apogeu entre 70 e 80. A demanda aumenta, há a saturação de locais turísticos, urbanização de áreas não urbanas e litorâneas. Há um domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, com crescimento desordenado, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente. (FIGUEIREDO, 1999, p. 54)

idades; e atraem um grande número de pessoas, mas na maioria das vezes somente em determinados períodos do ano.

Essa sazonalidade significa que a população local é admitida ou demitida de cargos remunerados muitas vezes informais, de acordo com o volume de turistas. Isso faz com que ela mude seus modos de vida e de subsistência tradicionais por outros baseados na dependência de tal atividade.

As atrações da região são criadas e transformadas para satisfazer prioritariamente às expectativas e demandas dos visitantes. É dada muita ênfase à comercialização de recursos naturais e culturais, resultando num desgaste e falsa representação da cultura daquele povo. Isso mostra que o Turismo nem sempre leva em consideração os interesses da população local, e nem a preservação de seus recursos naturais e culturais.

De acordo com Fennell (2002), a análise do estágio de desenvolvimento de uma determinada nação ou região geralmente leva em consideração indicadores-chave econômicos, dentre os quais destacam-se: ingestão de proteínas, acesso a água potável, qualidade do ar, combustível, acesso a serviços como saúde, educação e segurança, emprego, PIB.

Milgrath (1989, apud FENNELL, 2002, p. 25) diz que o resultado dessa grande importância que é dada ao desenvolvimento econômico é que “nossa sociedade não será capaz de se sustentar no longo prazo”, uma vez que busca esgotar todos os recursos necessários a sua sobrevivência.

De acordo com Diegues (1992) o termo “desenvolvimento” tem sua origem no conceito de “progresso” herdado do positivismo, sobre o qual se baseiam os modelos econômicos predominantes na sociedade moderna. “A idéia implícita é de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material” (DIEGUES, 1992, p. 23).

Assim, ainda segundo o autor, os países industrializados são “desenvolvidos” e os países que têm sua economia baseada na agricultura, por exemplo, devem buscar alcançar o mesmo patamar dos primeiros para chegar ao “desenvolvimento” e atingir os mesmos níveis de “bem-estar”. A natureza, de acordo com esse modelo, é uma fonte infinita de recursos e de matéria-prima.

Sachs (2004, p. 13) destaca que desenvolvimento e crescimento econômico são conceitos distintos: “[...] os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”.

Ainda segundo o autor, se não há ampliação do emprego, redução da pobreza, diminuição das desigualdades, e sim depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais, pode até ser que haja crescimento, mas não há desenvolvimento.

Na década de 60 os modelos de “desenvolvimento” começam a entrar em crise devido à preocupação com os grandes impactos negativos ao meio ambiente e à escassez iminente dos recursos, e surgem as primeiras reações contra a sociedade do consumo.

O “ecodesenvolvimento”, uma nova forma de desenvolvimento resultante da preocupação emergente, foi citado por M. Strong na década de 70 (apud DIEGUES, 1992) como alternativa para os conflitos entre ecologia e interesses econômicos. Foi apresentado como uma estratégia de desenvolvimento contrária a um crescimento econômico que levasse à degradação ambiental. Destacava o uso harmonioso dos recursos naturais de cada ecossistema pelas populações locais, visando a melhoria de sua qualidade de vida e a satisfação de suas necessidades básicas através de tecnologias social e ecologicamente adequadas e minimizadoras de impactos ambientais.

É um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. (SACHS, 1986, p. 18)

Um dos principais pontos considerados no ecodesenvolvimento era a adaptação das tecnologias à realidade de cada local, considerando as diferentes formas da relação homem – natureza. Para Godard (1997), essa concepção não foi bem aceita devido ao seu teor radical, que se chocava com os interesses políticos hegemônicos, como os dos Estados Unidos, que já havia imposto o termo desenvolvimento sustentável.

Em 1983 é “criado” o conceito de desenvolvimento sustentável. Mais elaborado que o do ecodesenvolvimento, mas ainda como resultado das discussões anteriores sobre a relação do homem com a natureza, considerando as questões econômicas e políticas. (FIGUEIREDO, 1999)

O conceito ganhou notoriedade por ter sido usado em importantes documentos. Dentre eles cita-se o informe *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Brundtland (ONU, 1987), *Cuidar da Terra* (UINC, WWF e PNUMA, 1991) e o informe da *Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe* em 1991.

O desenvolvimento sustentável, de acordo com Dias (2004, p. 121), deve “compatibilizar as necessidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais com as necessidades de preservação ambiental”. Daí pode-se concluir que o desenvolvimento sustentável está alicerçado sobre três pilares fundamentais: sustentabilidade econômica (crescimento econômico), sustentabilidade social/ cultural (bem-estar e preservação da cultura das populações envolvidas) e sustentabilidade ambiental (conservação, uso racional dos recursos).

Sachs (2004, p. 15, 16) acrescenta mais dois pilares: “o territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades”; e o político, pois a governança democrática é um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem – as

liberdades democráticas devem fazer parte das demandas centrais do desenvolvimento sustentável.

Dada sua complexidade e suas implicações, existem diversas linhas conceituais para desenvolvimento sustentável. A mais adequada, ao nosso entendimento, ao encaminhamento desta pesquisa é a de Figueiredo (1999, p. 39). Segundo o autor

Desenvolvimento sustentável seria então o desenvolvimento que, ao contrário das concepções tradicionais, pressupõe uma forma de viver e de agir, em que a finalidade da produção e do consumo é proporcionar o bem-estar da maioria da população, provocar um impacto menor no meio ambiente, através de novas formas de conhecimento sobre a relação homem/natureza.

Já nos anos 80, defendia-se uma alternativa nova, social e “ecologicamente correta” para o desenvolvimento do turismo. De acordo com Krippendorf (1982, apud FENNEL, 2002, p. 21), a filosofia por trás do Turismo Alternativo (TA)⁴ “era garantir que as políticas de turismo não se concentrassem apenas nas necessidades econômicas e técnicas, mas enfatizassem a demanda por um ambiente não degradado e a consideração das necessidades da população local”. Essa abordagem coloca os recursos naturais, sociais e culturais no primeiro plano do desenvolvimento e do planejamento do Turismo. O Ecoturismo surge como um dos segmentos do TA, e cresceu como consequência dessa insatisfação com as formas deletérias tradicionais do turismo.

Ainda há certa confusão sobre a etimologia ou origem do termo “ecoturismo”, mas um dos temas constantes na literatura é que Ceballos-Lascuráin (apud FENNEL, 2002, p. 41, 42) foi o primeiro a usar a frase no início dos anos 80. Ele o definiu como

[...] viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas nem contaminadas, com o objetivo específico de estudar e admirar o cenário e seus animais e plantas selvagens, assim como quaisquer manifestações culturais (passadas e presentes) encontradas nessas áreas.

⁴ Turismo Alternativo (TA) é um termo genérico que engloba toda uma série de estratégias voltadas a oferecer uma alternativa mais benéfica ao turismo convencional.

Boo (1992, p. 3) vai além. Segundo a autora, turismo ecológico (ou ecoturismo) seria “viagem natural que favorece a conservação e reforça o desenvolvimento sustentável”. Nota-se aí que o ecoturismo não é somente um segmento econômico de mercado, também não é simplesmente viajar para lugares naturais, mas é uma forma de fazer turismo, com espírito conservacionista, princípios e filosofia própria.

Acredita-se, porém, que o termo remonte a uma data ainda anterior, aparecendo no trabalho de Hetzer (1965, apud FENNELL, 2002, p. 42), que o usou para explicar o complexo relacionamento entre os turistas, o meio ambiente e a cultura com os quais eles interagem. Hetzer identificou quatro pilares fundamentais a serem observados para se realizar uma forma mais responsável de turismo. São eles:

1. Impacto ambiental mínimo;
2. Impacto mínimo e respeito máximo às culturas anfitriãs;
3. Máximos benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs;
4. Satisfação “recreacional” máxima para os turistas/ visitantes.

O desenvolvimento do conceito de ecoturismo cresceu, de acordo com Hetzer (apud FENNELL, 2002, p. 42), “por causa da culminância da insatisfação com o enfoque negativo de governos e sociedade ao desenvolvimento, especialmente do ponto de vista ecológico”. Todas as definições mais aceitas para ecoturismo estão relacionadas aos pilares apresentados por Hetzer.

Ecoturismo pode ser definido como o segmento do turismo que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural da região, promovendo bem-estar, desenvolvimento e oportunidades de crescimento econômico para as populações locais, assim como a satisfação dos turistas/ visitantes.

De acordo com Ribeiro (2002) o ecoturismo se baseia em dois pontos básicos: 1. A preservação dos recursos naturais; e 2. O envolvimento e benefício das populações ligadas à atividade.

Afora a discussão conceitual do Ecoturismo, existem algumas questões práticas a serem consideradas para sua caracterização. Figueiredo (1999, p. 56-57) destaca: - localização das áreas para essa prática – devem ser geralmente distantes do meio urbano/ industrial; - o ecoturismo se caracteriza pela realização de determinadas atividades como passeios, roteiros e outras atividades para observar, fotografar, visitar, proteger, conservar, conscientizar etc; - os equipamentos e facilidades para o ecoturismo geralmente são equipamentos específicos, como um *lodge*⁵, uma trilha interpretativa, um mirante, enfim, todo suporte para que o mesmo se desenvolva dentro de determinadas orientações; - por fim, um outro aspecto é quanto ao número de visitantes, que deve ser limitado quantitativamente⁶ à capacidade de suporte da área a ser explorada.

O ecoturismo, sustentável por definição, é uma atividade econômica compatível com os pilares do desenvolvimento sustentável, o que o torna uma das estratégias mais adequadas de desenvolvimento para a Amazônia, detentora de incomparável riqueza natural e cultural, e que deve assumir posição de destaque nas estratégias de conservação. Figueiredo afirma: “O turismo, ou melhor, o ecoturismo cada vez mais se caracteriza como a grande oportunidade para os próximos anos na Região Amazônica”. (FIGUEIREDO, 1999, p. 67)

⁵ Hotéis ecológicos. Meios de hospedagem ambiental e ecológico que estão localizados em áreas de selva e de outras belezas naturais preservadas; que estão integrados à paisagem local, sem qualquer interferência no meio ambiente, situados em locais fora dos centros urbanos, e que oferecem aos seus usuários instalações, equipamentos e serviços simplificados, próprios ou contratados, destinados ao transporte para o local, hospedagem, alimentação e programas voltados à integração com o meio ambiente e o aproveitamento turístico. (SOUZA, Arminda e CORRÊA, Marcus, 1998).

⁶ Uma distribuição temporal mais equitativa da visitas, custo e preços mais altos, a distância dos grandes centros e a relativa dificuldade de acesso, são alguns fatores limitantes do fluxo de visitantes, caracterizando uma forma de frear o turismo predatório. São também pontos característicos da atividade ecoturística.

1.2 A importância das comunidades locais para o desenvolvimento do ecoturismo

As comunidades desempenham um papel às vezes mais importante que o dos cientistas ou ambientalistas no que se refere à descoberta, utilização, propriedades e preservação dos recursos naturais (PEREIRA, 2002).

São grandes responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem para sua sobrevivência. Contraditoriamente, a criação de áreas protegidas tem se tornado comum entre as estratégias de manutenção da biodiversidade.

Essas áreas protegidas tiveram sua gênese no século passado, nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, que é destruidora da natureza. A idéia é de que pudessem existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, sem nenhuma intervenção humana. De acordo com essa concepção, a única maneira de proteger a natureza é afastá-la do homem.

Para Diegues (2004, p. 13), “parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden”. Este seria, portanto, um neomito que supõe a incompatibilidade entre quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem é visto com um destruidor das áreas naturais, e que, portanto, deveriam ser mantidos distantes dessas áreas que necessitariam de “proteção total”⁷.

Como afirma Ellen (1989, apud DIEGUES, 2004, p. 14), “a natureza em estado puro não existe, e as *regiões naturais* apontadas pelos biogeógrafos, usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens”.

⁷ Vale ressaltar, aqui, a diferença entre preservação e conservação. De acordo com Diegues (2004, p. 30), conservação “é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais”, o que não exclui, necessariamente, a presença de grupos humanos; preservação seria a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*), ou seja, a proteção total.

Esse neomito da natureza intocada foi trazido dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde mesmo nas florestas aparentemente vazias e inabitadas, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais etc. É o caso das comunidades amazônicas, que, apesar do seu quase isolamento geográfico e da carência de acompanhamento governamental, são populações produtivas, de grande riqueza cultural, que conservam suas tradições e seus modos de vida, e que possuem padrões próprios de conservação de seus recursos naturais.

Diegues (2004, p. 14) afirma ainda:

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica.

A questão das áreas “protegidas” suscita uma série de problemas de caráter político, social, econômico e ético. Em primeiro lugar, não permitem a presença de populações humanas, mesmo as consideradas tradicionais⁸; em segundo lugar está o impacto político-territorial e fundiário; em terceiro lugar, problemas sociais e étnicos, devido à retirada dessas populações de seus territórios ancestrais; em quarto lugar, contribui para a perda de grande arsenal de etnoconhecimento e etnociência, de sistemas de manejo de recursos naturais e de diversidade cultural. Segundo Ghimire (1993, apud DIEGUES, 2004, p. 17),

há uma combinação de fatores que explicam esse aumento da preocupação mundial pelas unidades de conservação: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação, e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques.

Por trás da idéia dessas áreas protegidas estão os interesses econômicos e comerciais, que geralmente se sobrepõem aos reais problemas ambientais e às necessidades dessas populações locais ou tradicionais.

⁸ Segundo Diegues, essas populações habitam essas áreas por dezenas e até centenas de anos sem a depreedarem.

Para Krippendorf (2001, p. 135, 136),

Caberia desenvolver formas de turismo que tragam a maior satisfação possível a todos os interessados – população local, turistas e empresas de turismo, mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis, sobretudo nos campos ecológico e social. Em outras palavras, uma política de turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve buscar o seguinte objetivo principal: assegurar e otimizar a satisfação das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais no âmbito das instalações adequadas e num meio ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone⁹.

O autor defende o que ele chama de “humanização do turismo”, o que significa que a atividade não estará mais centrada nas finalidades econômicas e técnicas, mas onde a prioridade seria o ser humano. Onde o turismo serve ao homem, e não o homem ao turismo.

Na tentativa de harmonizar o emaranhado choque de interesses característico da indústria do turismo, Krippendorf estabelece uma hierarquia de objetivos e interesses dos envolvidos na atividade: No 1º nível estão as populações locais e os turistas; em seguida estão os interesses das empresas e das instituições que intervêm ativamente no sistema do turismo; e no último nível estão aqueles grupos ou pessoas que só aparecem ocasionalmente e de forma fortuita no sistema turístico.

Um desenvolvimento harmonioso do turismo exige o respeito absoluto à hierarquia dos objetivos. É indispensável que os propósitos do primeiro nível – portanto, os interesses do conjunto de turistas e população local – tenham prioridade sobre aqueles dos outros níveis, isto é, das diversas categorias profissionais. Neste primeiro nível, é preciso tentar conciliar as necessidades da população e dos turistas [...] de tal forma que as realizações sejam lucrativas para ambos. Em caso de incompatibilidade ou dúvidas, é importante sempre colocar os interesses dos autóctones acima dos interesses dos turistas (KRIPPENDORF 2001, p. 148).

A partir daí são estabelecidos como interesses primários de uma atividade ecoturística mais humana em relação às comunidades anfitriãs as seguintes: a preservação da sua herança cultural e do seu meio ambiente, mas também o melhor aproveitamento de todas as possibilidades de melhoria econômica e social.

⁹ Entenda-se por população autóctone, a população local.

Para que os pontos básicos do ecoturismo sejam cumpridos e para que ele cumpra o papel a que se propõe, de proporcionar bem-estar e desenvolvimento às populações autóctones, é necessário que tais observações sejam consideradas. No entanto, segundo o autor, na prática, esta hierarquia quase nunca é respeitada.

1.3 A influência do ecoturismo sobre o modo de vida de comunidades locais

Doxey (1975, apud KRIPPENDORF, 2001) desenvolveu uma das pesquisas mais persuasivas, no campo social, para analisar o impacto do turismo sobre a população local. Foram identificadas quatro fases principais a serem consideradas na avaliação dos sentimentos locais em relação à indústria do turismo. São elas: 1. Euforia – Fase inicial em que os turistas são sempre bem-vindos, e há pouco controle ou planejamento da atividade; 2. Apatia – Os turistas são tolerados e o relacionamento entre visitantes e população local se torna mais formal ou comercial; 3. Perturbação – Fase em que o turismo entra em saturação; a população local passa a ficar apreensiva em relação ao lugar. Em vez de limitar o crescimento/ a visitação, os gestores aumentam a infra-estrutura; e 4. Antagonismo – É a fase de ‘irritação’ da população local em relação aos turistas e ao turismo. O planejamento tenta remediar, mas a publicidade é aumentada para compensar a reputação de deterioração do local.

Krippendorf (2001) também destacou, dentre os impactos mais notáveis do turismo sobre os valores sociais tradicionais, os seguintes: 1. O efeito da exibição, em que os padrões locais de consumo mudam para se adequar aos padrões dos visitantes, o que é um grave problema, considerando, entre outras coisas, a diferença dos valores. 2. Fragmentação cultural, que consiste na transformação das tradições – música, arte, comida, vestuário, arquitetura, relacionamentos etc – para agradar aos turistas e favorecer sua comercialização.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 1994) aponta ainda outros possíveis impactos do turismo sobre as comunidades locais, dos quais se destacam:

- Poluição de várias formas;
- Surgimento de bairros pobres e perda de habitat decorrentes do crescimento excessivo;
- Irritação da vida selvagem e dos habitantes locais;
- Degradação da paisagem e dos recursos;
- Perda da diversidade cultural.

Deve-se dizer que alguns desses impactos são inevitáveis, mas se bem gerenciado¹⁰, o turismo também pode trazer inúmeros e superiores benefícios às comunidades anfitriãs. Há uma longa lista de benefícios que ele pode proporcionar.

De acordo com Ribeiro (2002, p. 267),

O turismo aproveita a mão-de-obra local, gera empregos e fixa o homem no campo; cada emprego direto gerado representa uma pessoa a mais com rendimento para gastar na própria comunidade e empregos indiretos ligados aos serviços e produtos de apoio como venda de hospedagem, alimentação, combustíveis, artesanato, equipamentos, filmes e cursos. Com esta incrementação econômica, o governo arrecada mais impostos que serão revertidos ao cidadão na forma de educação, saúde e infra-estrutura.

Boo (1992) elenca ainda como benefícios que o turismo pode proporcionar: criação de áreas de preservação, como parques e reservas, bem como ampliação dos fundos para investimento e proteção dessas áreas; criação de novas formas de emprego, diversão e lazer para os residentes locais, fixando essa população no meio rural; revitalização de certas zonas rurais e reabilitação da preservação de seu patrimônio; possibilidade de proporcionar educação ambiental aos visitantes e à população local, alertando sobre degradação ambiental, instabilidade econômica e trocas culturais; afirmação da identidade cultural dos residentes, pela preservação de suas tradições para o ecoturismo; uso de certos equipamentos e facilidades do Ecoturismo pela população local, como transportes, comunicações etc.

¹⁰ A questão “Gestão do Ecoturismo” será tratada mais detalhadamente no tópico 2.4 deste capítulo.

Além desses, conforme se pode observar nas comunidades amazônicas, o ecoturismo também pode proporcionar rendimentos adicionais, através da venda de artesanatos, alimentação e bebidas aos visitantes; novos mercados para os produtos locais, como a farinha, o açaí, a castanha e a tapioca, itens produzidos ou coletados na maioria das comunidades, e que podem ser comercializados com os empreendimentos hoteleiros ou com os próprios turistas que as visitam; melhoria da infra-estrutura, instalações e serviços da comunidade, como hospitais ou postos de saúde, transporte, comunicação, segurança etc.

Considerando pontos positivos e pontos negativos, o importante é que os planos de ecoturismo busquem a minimização dos custos e a maximização dos benefícios. Como afirma Boo (1995, p. 34), “nossa tarefa, hoje, é procurar os pontos em comum entre o ecoturismo, a conservação e o desenvolvimento”. E esses pontos existem. De acordo com o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (*World Wildlife Fund – WWF*), são eles: a administração de áreas protegidas, o desenvolvimento sustentável de áreas-tampão, a educação ambiental dos consumidores e as decisões políticas. (BOO, 1995, p. 34).

O Turismo (e principalmente o ecoturismo) é um conhecimento em fase de sistematização, ainda em fase experimental, portanto seus potenciais e deficiências ainda devem ser incansavelmente estudadas através da observação de projetos implementados em diversos locais. Alguns deram certo, outros fracassaram. Se o ecoturismo é ou não um instrumento legítimo de preservação e de promoção do desenvolvimento sustentável, só pode ser confirmado através de estudos de caso.

Ryan (1991, apud KRIPPENDORF, 2001) apresenta alguns pontos-chave que podem ser usados como indicadores ou determinantes do impacto do turismo sobre as populações locais. São os seguintes: 1. O número (fluxo) e o tipo de turistas/ visitantes; 2. O estágio de desenvolvimento do turismo; 3. As diferenças econômicas entre as populações de origem e de destino; 4. A diferença de regras culturais; 5. A dimensão física da área visitada; 6. A

extensão na qual os serviços do turismo são realizados por uma população imigrante (externa à comunidade); 7. A quantidade de propriedades adquiridas por turistas/imigrantes em relação à quantidade de propriedades, serviços e instalações mantidas pela população local; 8. As atitudes dos órgãos governamentais; 9. A força das crenças da comunidade anfitriã, das práticas artísticas e folclóricas, e a natureza dessas tradições.; 10. O grau de exposição a outras forças de mudança tecnológicas, sociais e econômicas; 11. As políticas adotadas em relação à distribuição dos turistas; 12. O marketing do local de destino e a imagem criada desse local; 13. A homogeneidade da comunidade anfitriã; 14. A acessibilidade do local de destino.

A partir da análise desses pontos-chave, e considerando a evolução da atividade turística local no decorrer dos anos, é possível avaliar ou prever os impactos do turismo sobre as populações anfitriãs. Tais pontos devem ser levados em consideração no processo de planejamento, operação e avaliação da atividade ecoturística.

1.4 Gestão do ecoturismo

A gestão, como já foi mencionado anteriormente, é um ponto crucial para o sucesso da atividade ecoturística em qualquer local, e deve ser considerado um processo de longo prazo. Envolve etapas de planejamento, operação e avaliação, implicando em um ciclo, onde muitas vezes é necessário rever as estratégias e objetivos, e analisar os resultados obtidos, com a finalidade de detectar as deficiências/ falhas, e redirecionar os esforços, quando necessário.

Durante a Globo 90 foi elaborado um documento (apud OMT, 1994) sobre os princípios do turismo sustentável, no qual constava que para se alcançar todos os benefícios

potenciais do Turismo, tanto para os visitantes, para o meio ambiente como para as comunidades anfitriãs, é necessário que seu planejamento envolva

[...] a tomada de medidas políticas vigorosas baseadas em trocas complexas a nível social, econômico e ambiental. Requer uma visão que abranja um maior tempo e espaço do que aquele que é tradicionalmente usado para planejar e tomar decisões relacionadas com a comunidade.

De acordo com Vieira (2001) o planejamento da transição para esse tipo de desenvolvimento deve ser capaz de administrar toda a complexidade que o envolve, associando os aspectos social, econômico, cultural, político e ambiental. No que diz respeito ao planejamento, o autor destaca ainda alguns pontos de relevância.

Uma das condições para a viabilidade do processo de desenvolvimento sustentado é a realização de pesquisas interdisciplinares sobre o binômio meio ambiente -desenvolvimento no processo de planejamento de qualquer ação de ecoturismo.

A avaliação de impacto ambiental é outro aspecto importante do planejamento de estratégias de codesenvolvimento, mas em nosso país tem sido muitas vezes exercida, segundo o autor, como mero instrumento de licenciamento de projetos, e não como um instrumento capaz de levar ao questionamento sobre o tipo de desenvolvimento desejado ou sobre os tipos de projetos implementados.

Outra condição é a criação de um sistema de planejamento estratégico e descentralizado. A descentralização “favorece a democracia na tomada de decisões e na negociação de conflitos de interesse”. (VIEIRA, 2001)

Além disso, para o autor, a população geralmente é excluída do processo de avaliação, que é analisada por políticos que visam interesses próprios e não os da população envolvida, o que desfavorece o exercício da cidadania no que diz respeito ao “planejamento participativo”, ou seja, a participação da sociedade no processo.

E ainda, o planejamento do ecodesenvolvimento precisa adotar um padrão de inter-relacionamento entre os diversos setores da sociedade nos processos decisórios das ações de desenvolvimento (VIEIRA, 2001). É o que Sachs chama de “gestão negociada e contratual dos recursos, pedra fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p. 76) .

Segundo Sachs (2002, p. 75),

[...] o ecodesenvolvimento pode ser facilmente alcançado com o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, como também com a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminho para a melhoria do nível de vida dos povos.

Para Ribeiro (2002, p. 267) “a comunidade local deve adquirir consciência de que o turismo aumenta o nível de empregos e a sua qualidade de vida”. Tal afirmação subentende a necessidade de informação e sensibilização da comunidade sobre educação ambiental, sobre o desafio da sustentabilidade, sobre sua importância para o sucesso do projeto, bem como a importância do projeto para sua melhoria de vida.

Falta também informação, capacitação e orientação adequadas aos empreendedores e operadores turísticos, o que compromete não só o sucesso do projeto, mas também o bem-estar das comunidades locais, o equilíbrio natural e a satisfação dos clientes (o ecoturista). (op. cit. 2002).

A sustentabilidade social às vezes é mais frágil do que a sustentabilidade ambiental, daí a importância da questão do emprego “decente¹¹” para todos. A questão não é simplesmente “trabalhar”. Aproveitar as potencialidades internas é o primeiro passo. As comunidades precisam conhecer sua força e sua importância no processo, pois muitas delas

¹¹ Expressão usada por Sachs (2004, p. 11). Entenda-se por emprego decente aquele que permite ao indivíduo uma condição além da simples sobrevivência, ou seja, o chamado subemprego.

têm seus recursos, sua cultura e sua força de trabalho explorados, e não têm conhecimento disso.

Para Rattner (1977), “[...] há a necessidade de conscientização política (não necessariamente partidária) da população para participar dos processos decisórios, cobrar de seus representantes e exercer os direitos e obrigações da cidadania”.

Sachs (2004, p. 38) destaca que as vítimas do desenvolvimento desigual, “quando desempregadas, descobrem que pior que ser explorado é não ser sequer explorado”. É o que acontece em muitas sociedades, a exemplo de algumas comunidades amazônicas: pensam estar sendo beneficiadas pelo ecoturismo, mas desconhecem seu verdadeiro potencial.

Ainda segundo o autor (2004, p. 11), o Estado tem três funções principais: adotar uma estratégia de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro), ou seja, que favoreça o local; promover parcerias entre todos os atores interessados na busca de um acordo de desenvolvimento sustentável; harmonizar metas sociais, ambientais e econômicas através do planejamento estratégico, na busca do equilíbrio das diferentes sustentabilidades.

Por fim, Boo (1995) indica três etapas do planejamento do ecoturismo para que este tenha mais chances de ser desenvolvido com baixos níveis de impacto e altos níveis de benefícios: 1. Avaliação da situação atual e potencial do turismo – Qual é o status dos recursos naturais? Qual é o nível de demanda e de desenvolvimento do turismo? Quem lucra com ele? Quais são os custos? Qual é o potencial de desenvolvimento do turismo? 2. Determinação de um nível desejável de turismo e identificação dos passos para concretizá-lo – Decidir qual é o melhor tipo de turismo para a área, considerando, é claro, a harmonia entre os interesses dos envolvidos na atividade. 3. Elaboração de um documento sobre a estratégia ecoturística – Essa estratégia se tornará o plano ecoturístico da área.

Para ajudar o organizador a incorporar uma visão mais abrangente nas políticas e práticas locais, a OMT (1994) estabeleceu alguns princípios para o desenvolvimento do

Turismo sustentável, que são os seguintes: O planejamento, desenvolvimento e operação do turismo devem ser parte de estratégias de conservação ou de desenvolvimento sustentável para a região ou cidade. Devem ser inter-setoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos, permitindo, deste modo, obter o maior número possível de benefícios; as organizações, empresas, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos, e outros que respeitem a cultura e o ambiente da área anfitriã, o modo de vida a nível econômico e tradicional, a comunidade e o comportamento tradicional, os padrões de liderança e política; o turismo deve ser planejado e gerido de uma forma sustentável, tendo em conta a proteção e utilização econômica adequada do ambiente natural e humano das áreas anfitriãs; o turismo deve ser levado a cabo com equidade, tendo em vista a justa distribuição dos custos e benefícios entre os promotores do turismo e pelas áreas anfitriãs; no interesse individual e coletivo, devem estar disponíveis, antes e durante o processo de desenvolvimento, informações detalhadas, pesquisas e comunicados sobre a natureza do turismo e os seus efeitos sobre o ambiente humano e cultural, particularmente para as pessoas de modo a que possam participar e exercer a maior influência possível sobre o desenvolvimento e seus efeitos; é necessário incentivar a população local no sentido de assumirem cargos de liderança no planejamento e desenvolvimento, com a ajuda do governo, empresas, instituições financeiras e outros; antes de dar início a qualquer projeto principal, devem ser efetuadas análises de planejamento econômico, social e ambiental, dando uma especial atenção a diversos tipos de desenvolvimento do turismo e às formas como estas se podem relacionar com práticas atuais, formas de vida e questões ambientais; durante todas as fases do desenvolvimento e operação do turismo, deve ser levado a sério um programa de avaliação, supervisão e medição cuidadoso de modo a permitir à população local tirar partido das oportunidades ou adaptar-se às alterações.

2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

2.1 Descrição da área de estudo

Este subcapítulo se destina, em primeiro lugar, a descrever a sede do município de Iranduba. Tal abordagem se faz necessária para ajudar na compreensão e na análise do contexto em que as comunidades estão inseridas em relação à atividade turística local, seu potencial turístico, estrutura hoteleira, assim como as políticas públicas que influenciam a atividade e o bem-estar das comunidades, e como o ecoturismo pode representar uma alternativa de desenvolvimento sustentável para todo o município.

Em seguida será feita a descrição da localização geográfica das comunidades em relação aos empreendimentos hoteleiros que as circundam, do meio de acesso a elas a partir da sede do município e seus dados históricos. Uma abordagem mais detalhada das comunidades será feita no capítulo 4, *Resultados e discussão*.

2.1.1 Município de Iranduba

BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

A origem do município se prende a Manaus. A capital do Estado conheceu época de grande prosperidade na última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, com o auge da era da borracha. Passado esse fastígio, Manaus experimentou período de estagnação e até retrocesso. Com a implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial, reativou-se a economia do município, florescendo em sua periferia vários núcleos populacionais. Entre eles está Iranduba que, sobretudo a partir de 1976, veio recebendo consideráveis melhoramentos urbanos.

No ano de 1977 o então prefeito de Manaus, Coronel Jorge Teixeira, decidiu criar um centro de produção hortifrutigranjeiro visando tornar o município auto-suficiente nesse ramo, implantando toda a estrutura necessária a partir da margem esquerda do rio Solimões, aproveitando os sítios de várzea (terrenos alagadiços de solo rico em fertilizantes e altamente favoráveis à agricultura, durante a época de vazante dos rios, correspondente a metade do ano). A estratégia adotada para atração das famílias de agricultores foi o loteamento e distribuição de terrenos tanto na várzea como em terra firme, para aqueles que se dispusessem a fazer parte do projeto. Essa implantação foi denominada de Vila de Iranduba.

Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, a vila é desmembrada de Manaus e, acrescida de território adjacente até então pertencente a Manacapuru, passa a constituir município autônomo - Iranduba.

Com uma área territorial de 2.215 km², o município de Iranduba tem uma população estimada de 40. 436 habitantes residentes (IBGE, 2005). Fica a 22 km da capital do estado em linha reta, 32 km por via fluvial e 13 km por via terrestre. Encontra-se a 30m acima do nível do mar, com uma temperatura média de 23°C.

MEIOS DE ACESSO

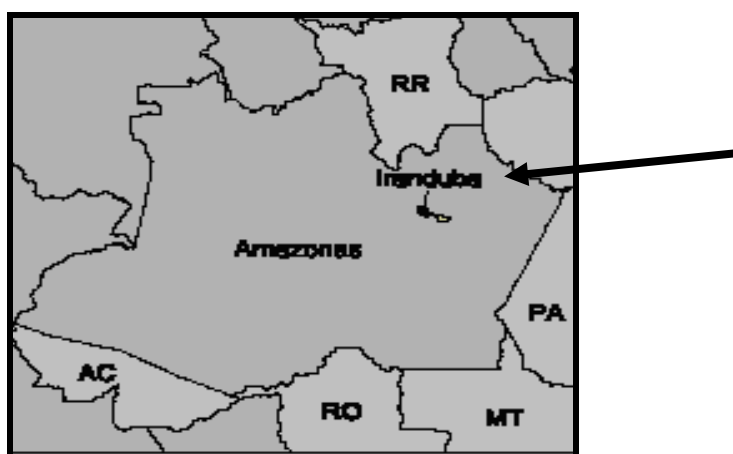


Figura 1 – Mapa geográfico do Estado do Amazonas com destaque ao Município de Iranduba (indicado pela seta). Fonte: Ministério do Meio Ambiente/ Governo do Estado do Amazonas/ Prefeitura Municipal de Iranduba (Março/ 2002).

A principal via de acesso ao Município de Iranduba é rodo-fluvial, ligando por meio de balsas e "voadeiras" (lanchas rápidas) o cais de São Raimundo, em Manaus, ao cais de Cacau Pirera (comunidade do município de Iranduba). A ligação se dá através da travessia do rio Negro, por um percurso de aproximadamente 6 km, e há balsas (para carros e passageiros) a cada hora, diariamente, com duração de viagem de aproximadamente meia hora, ao custo de R\$15,00 - ida e volta, para o transporte de veículos de passeio. Para os passageiros o transporte é gratuito nas balsas e pago nas lanchas, que fazem o percurso em cerca de 10 minutos.

A partir do cais de Cacau Pirera, o trajeto por via rodoviária até a sede do município é de 22 km, sendo 11 km pela rodovia Manuel Urbano (AM-070), que vai até o Município de Manacapuru, e 11 km pela rodovia local – Estrada do Iranduba. As comunidades interligam-se com a sede por ramais vicinais e/ou por via fluvial. O município de Iranduba é o portão de entrada direto para outros dois municípios do estado (Manacapuru e Novo Airão) e indireto para cerca de outros trinta municípios.



Figura 2 – Cais do São Raimundo, em Manaus. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 3 – Chegada da balsa no cais do Cacau Pirera (comunidade do município de Iranduba). Ponta do Brito – Local onde a balsa atraca no período da vazante. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

INFRA-ESTRUTURA URBANA E DE APOIO TURÍSTICO

Apesar de suas riquezas naturais e de sua importância para o desenvolvimento do Ecoturismo, a infra-estrutura do município ainda é precária. Existe apenas um hospital que faz consultas ambulatoriais, mas não realiza cirurgias; a sede dispõe de serviços postais e telefônicos e conta com uma agência dos Correios; existem duas agências bancárias no município: Bradesco e Banco do Brasil; a coleta de lixo e o fornecimento de água são feitos de maneira irregular; a energia elétrica é fornecida pela Manaus Energia através de cabos subaquáticos (Rio Negro).

As principais atividades econômicas do município são: o extrativismo mineral, com destaque para a exploração de argila para a produção de tijolos e cerâmica (existem mais de 80 olarias no município, que empregam cerca de 4.000 operários); o Ecoturismo, que é praticado efetivamente nas comunidades rurais do município; a produção de hortaliças e

frutos; e a venda de artesanato, que também é muito explorada nas comunidades devido ao fluxo de turistas nos hotéis e pousadas locais.



Figura 4 – Hospital Hilda Freire. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 5 – Agência dos Correios. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 6 – Agência do Banco do Brasil – inaugurada recentemente. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 7 – Agência do Banco Bradesco, na Praça dos Três Poderes. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

O município conta com a concessão de 02 (duas) emissoras de rádio que, no entanto, funcionam em Manaus e se utiliza de auto-falante móvel para divulgar suas atividades e não há emissora de TV.

Não existe nenhuma empresa de transporte urbano. O transporte é feito principalmente por táxis e moto-táxis. Existem 02 (duas) empresas de ônibus que fazem o trajeto Cacaú Pireira/ Iranduba/ Cacaú Pireira: Transportes Kalina e Expresso Iranduba.



Figura 8 – Moto-taxistas reunidos na Praça dos Três Poderes. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 9 – Avenida principal de Iranduba – Av. Amazonas. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 10 – Praça dos Três Poderes. Ao fundo, da esquerda para a direita, o Cartório, a Prefeitura Municipal e a Câmara dos vereadores. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 11 – Prédio do Poder Judiciário, onde funcionam o Cartório Eleitoral, o Fórum de Justiça, a Promotoria e a Defensoria Pública. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

ESTRUTURA HOTELEIRA – PRINCIPAIS HOTÉIS DE SELVA

Dentre os principais hotéis de selva do município destacam-se: Hotel Ariaú Amazon Tower no Rio Ariaú, a 2 km do Arquipélago de Anavilhanas (Figura 12); Hotel Lago Salvador Lodge, no Lago Salvador, à margem direita do Rio Negro (Figura 13); e Acajatuba Jungle Lodge, no Lago Acajatuba (Figura 14).



Figura 12 – Hotel Ariaú Towers localizado no Rio Ariaú, aprox. 60 Km noroeste de Manaus (210 apartamentos). Fonte: www.amazonexplorers.com.br/imagens/pousada_amazonia, 2006.



Figura 13 – Lago Salvador (36 Leitos). Fonte: www.amazontommytours.de/angebot/Lodges/Lago_SalvadorLodge.html, 2006



Figura 14 – Hotel Acajatuba Jungle Lodge (40 chalés), localizado no lago de Acajatuba. Fonte: www.amazonexplorers.com.br/imagens/pousada_amazonia, 2006.

Dentre as pousadas, destacam-se a Pousada do Francês, localizada à margem direita do Rio Negro Açaizal, e a Pousada Amazônia.

O município é muito rico em atrativos naturais, com destaque para a Cachoeira do Castanho, localizada a cerca de 25km da sede, também conhecida como Cachoeira de Paricatuba; os lagos do Limão, Acajatuba, do Ubim e Januari; o município abriga também parte do Parque Estadual do Rio Negro.

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

Dentre os principais festejos locais, destacam-se a festa do mamão, que ocorre no mês de Abril na comunidade de Caldeirão, o Festival Folclórico, que ocorre no mês de Julho, a festa do Dourado, na Ilha do Jacurutu, e a Festa do Padroeiro, São João Batista.

O município possui vários vestígios arqueológicos no antigo leprosário, um prédio de mais de 100 anos (Figura 15), localizado na Vila de Paricatuba. São mais de 100 sítios arqueológicos em todo o município.



Figura 15 – Antigo leprosário, localizado na Vila de Paricatuba. Fonte: Prefeitura Municipal de Iranduba, 2006.

Apesar de toda sua riqueza, o município, a exemplo de tantos outros do Estado do Amazonas, ainda precisa superar obstáculos de várias ordens para maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais, aproveitando o seu potencial ecoturístico.

O município de Iranduba é o maior produtor de tijolos e telhas do Norte do país, e também o maior produtor de hortifrutigranjeiros de estado. Em Iranduba estão situadas a Fábrica Miranda Corrêa e a Fábrica de Laticínios Fazendinha. Apesar disso, segundo palavras do assessor de imprensa da prefeitura, “o município é muito pouco divulgado e pouco reconhecido”.

A mineração de argila é uma atividade de muito êxito no município devido, entre outros fatores, aos extensos depósitos de matéria-prima mineral e à proximidade com o centro consumidor, o que acarreta um reduzido gasto com o frete. No entanto, é uma atividade que também gera consideráveis impactos ambientais: alteração da topografia, alteração da qualidade da água, alteração da rede hidrográfica, assoreamento, emissão de gases, alteração da qualidade do ar etc.

O Ecoturismo, se bem planejado e implementado, é uma opção de desenvolvimento mais sustentável para os municípios do Amazonas, levando em consideração os fatores economia, bem-estar social e conservação ambiental.

Existem 09 hotéis de selva no município de Iranduba¹², que faz parte do pólo ecoturístico do Estado do Amazonas devido ao seu magnífico potencial. No entanto, o ecoturismo não gera divisas na sede do município, pois é praticado nas comunidades rurais próximas aos empreendimentos hoteleiros. Estes costumam trazer os turistas em pacotes “fechados”, ou seja, saem do seu local de origem direto para Manaus, e muitas vezes, do próprio aeroporto seguem para os hotéis/ pousadas, sem sequer passar pela sede do município, não gerando, assim, renda e emprego no setor turístico.

Em contrapartida também não há estrutura adequada para receber visitantes e turistas. Não possui alojamentos e restaurantes suficientes e adequados, o transporte ainda é precário, algumas ruas ainda não são pavimentadas e não existe suporte para a atividade turística.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo funciona em um prédio compartilhado com o Posto de Atendimento do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran) e com a Junta Militar. Sua atuação é muito limitada e se restringe à promoção de cursos de Educação Ambiental e de Capacitação no Atendimento ao Turista, em parceria com a Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur).

¹² Entenda-se a sede do município (zona urbana) e mais todas as comunidades rurais que o compõem.



Figura 16 – Prédio onde funcionam a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, a Junta Militar e o Posto de Atendimento do DETRAN. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

O Centro de Atendimento ao Turista (CAT)¹³ do município, localizado na rodovia Manuel Urbano (AM-070), no momento, está desativado. É questionada sua má localização e a falta de vontade política para o seu funcionamento. Por outro lado, cabe questionar a funcionalidade de um CAT em municípios que praticamente não participam da rota dos turistas.

O município tem passado por melhorias significativas nos últimos anos, e existem vários projetos para o desenvolvimento de sua infra-estrutura para que este se torne um ponto de referência na atividade ecoturística, aproveitando, assim, todo o seu potencial.

A fim de atingir os objetivos propostos, a pesquisa se estendeu a duas comunidades: comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e comunidade São Tomé, localizadas na área rural do município de Iranduba – AM, no lago Acajatuba, uma região de beleza privilegiada onde estão instalados alguns dos principais empreendimentos hoteleiros de selva (figura 17).

¹³ Financiados com o apoio do *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur)*, os Centros de Atendimento ao Turista (CATs) de cinco municípios do Amazonas foram inaugurados em agosto de 2004. Os CATs de Iranduba, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Barcelos e Manacapuru. O Proecotur investiu um total de R\$ 832,54 mil para construção dos Centros de Atendimento ao Turista.

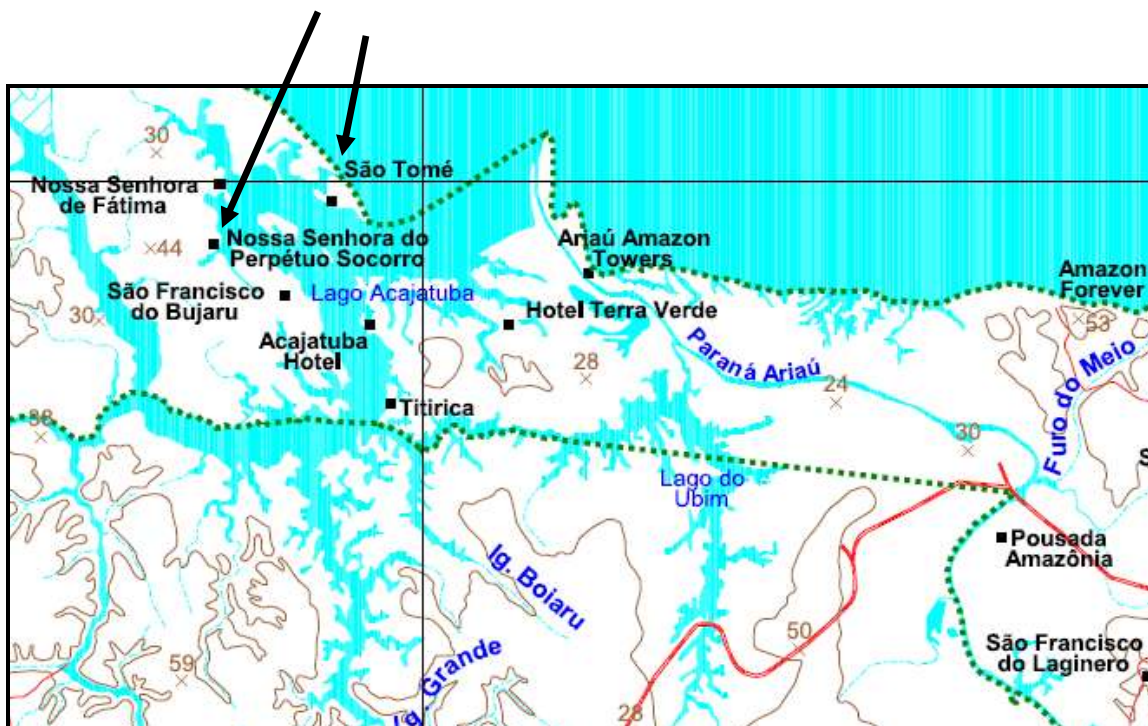


Figura 17 – Base cartográfica do município de Iranduba. As setas contínuas destacam as comunidades investigadas. Fonte: MMA/ Governo do Estado do Amazonas/ Prefeitura Municipal de Iranduba (Setembro/2006).

2.1.2 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro está localizada à margem direita do Lago Acajatuba, a cerca de 90km de Iranduba.

O meio de acesso à comunidade é rodo-fluvial. A partir do Cacau Pireira, percorre-se 69km na rodovia Manuel Urbano (AM-070), onde há uma ramal à direita que leva até a Prainha. A partir daí o percurso é feito de voadeira – cerca de 30 minutos.



Figura 18 – Vista da comunidade N. Senhora do Perpétuo Socorro. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 19 – Vista do Lago Acajatuba, a partir da comunidade N. Senhora do Perpétuo Socorro. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

HISTÓRICO DA COMUNIDADE E SUAS INFLUÊNCIAS

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a exemplo das demais comunidades da região, teve sua fundação influenciada pela igreja e ainda hoje preserva características marcadas pelo catolicismo rústico¹⁴, principalmente através dos moradores mais antigos. O canal para o surgimento da comunidade foi o Movimento de Educação de Base (MEB), criado no Rio de Janeiro, e que levava educação básica para a área rural através de seus professores.

O padre que pertencia à paróquia, Pe. José, passou a realizar reuniões com alguns grupos familiares que habitavam a região do Lago Acajatuba, e os aconselhava a se reunir e constituir uma comunidade, o que seria melhor para todos; assim, um ajudaria o outro; seria melhor do que viverem “espalhados”. De acordo com Dona Marlene da Silva, casada, 47 anos, uma das fundadoras da comunidade, “era bom porque um morava perto do outro, aí podia fazer um remédio ... dizia que era bom pra gente”.

Dona Marlene também explica com mais detalhes como aconteceu a fundação da comunidade:

Nessa época eu era menina assim, 16 anos. Aí na época a gente foi pra lá estudar, passamos 5 dias em Cacau Pireira, que também só tinha luz até 10h na época, lá que era o encontro. Passamos 5 dias aprendendo conhecimento de liderança da comunidade, como fazer uma comunidade. Aí quando eu cheguei eu fiz a reunião, com 40 pessoas, o pessoal nunca tinha visto falar em comunidade. Botamos o 1º presidente dessa comunidade, que foi o Sr. Sebastião Pereira ... eu era a monitora, meu irmão era catequista; a gente fez uma diretoria, né? conforme fomos orientados. Aí começamos a trabalhar... isso aqui era só uma mata, fizemos roça, passou o tempo, né? aí eu me casei, eu fiz a minha casa aqui, meu irmão casou e fez a dele pra lá, aí meu tio já tinha a casa dele lá na ponta, onde ele mora, meu pai morava ali, aí nós fomos povoando a vila. Aí chegou a política, né? Aí através da política nós ganhamos telha para dar pra quem quisesse fazer casa aqui... as casas eram pequenininhas, aí depois todo mundo foi aumentando seus recursos, foi fazendo casa grande... Isso aqui foi nós que criamos, através da orientação dos padres.

¹⁴ Catolicismo rústico, segundo Fraxe (2000), é a manutenção da religiosidade católica mantida pelos “agentes da palavra” – moradores das comunidades rurais que rezam o “culto dominical”, e em alguns casos realizam batismos e casamentos.

As figuras abaixo (20 e 21) mostram os primeiros trabalhos de limpeza do terreno, feita de forma braçal, para a criação da comunidade.



Figura 20 – Limpeza do terreno para criação da comunidade. Fonte: D. Marlene da Silva, comunitária e agente de saúde. (1976)



Figura 21 – Limpeza do terreno para criação da comunidade. Fonte: D. Marlene da Silva, comunitária e agente de saúde. (1976)

Assim, a comunidade foi fundada em 14 de Setembro de 1976. A escolha do nome se deveu à devoção de um dos fundadores, o Sr. Sebastião Pereira, tio de D. Marlene, a Nossa

Senhora do Perpétuo Socorro, como gratidão por uma graça alcançada. Segundo D. Marlene, o seu tio, Sr. Sebastião Pereira (conhecido como “seu” Sabá), vinha atravessando o rio em uma canoa com sua família, quando foram surpreendidos por uma tempestade. Quando pensavam que não iam conseguir chegar com segurança à margem, seu Sabá clamou a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a quem deve o fato de terem sobrevivido.

Existem dois festejos na comunidade: o festejo de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade, comemorado no penúltimo sábado de julho. É celebrado com procissão, danças típicas, quadrilha, e é servido um jantar gratuitamente para todos os participantes e visitantes (figuras 22, 23 e 24); no mês de junho é realizado o festejo do Sagrado Coração de Jesus, que é o padroeiro da localidade inteira (Acajatuba), e foi acolhido pela comunidade porque a comunidade onde funcionava sua igreja foi extinta.



Figura 22 – Procissão de N. Sra. do Perpétuo Socorro. Fonte: D. Marlene da Silva (comunitária e agente de saúde).



Figura 23 – Danças típicas – Festejo de N. Sra. do Perpétuo Socorro. Fonte: D. Marlene da Silva (comunitária e agente de saúde)



Figura 24 – Festejo de N. Sra. do Perpétuo Socorro. Fonte: D. Marlene da Silva (comunitária e agente de saúde)

Outra importante manifestação cultural dos comunitários é a realização de campeonatos de futebol entre times da comunidade, de comunidades vizinhas e até times de turistas estrangeiros (figura 25).



Figura 25 – Time da comunidade em um campeonato de futebol. Fonte: D. Marlene da Silva (comunitária e agente de saúde).

Ainda há uma grande preocupação entre os moradores mais antigos da comunidade não só em preservar a fé e a religiosidade, mas também em manter viva a história da comunidade, suas crenças e costumes, em detrimento da reconhecida influência externa exercida principalmente entre os mais jovens pela televisão, pela chegada de novos moradores e até pelo contato com outras culturas através do turismo.

D. Marlene comenta aspectos positivos e negativos da mudança que aconteceu na comunidade no decorrer desses 30 anos:

Ah, mudou muita coisa, por que a gente teve mais conhecimento das coisas social que se chama, né? muitos costumes também, pelo menos essa época agora, essa juventude agora, eles não sabem quase nada sobre o nosso passado, por que muitas culturas estão morrendo, né? devido que chega muita coisa, outras informações, né? mudou muito, a comunidade mudou muito, cresceu muito, o povo se educou, o povo ficou mais higiênico, muita coisa mudou. Chegou a educação...

Ao mesmo tempo em que esse “conhecimento das coisas” possibilitou o crescimento e a educação da comunidade, também exerceu grande influência sobre os valores que são assimilados pela juventude.

Eles não têm interesse por aquilo que nasceu, né? resgatar a nossa cultura, eles não têm interesse por isso não. Eu me refiro assim, os hábitos familiares, respeito, família; aqui é um hábito ainda filho tomar benção de pai, de mãe, de tio... e tem muita casa que não se usa mais, o jovem chega, é oi pro pai, é oi pra mãe, não respeita ninguém... (D. Marlene, 47 anos, agente de saúde, Comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro, 2006)

2.1.3 Comunidade São Tomé

A sede da comunidade São Tomé está localizada à margem esquerda do Lago Acajatuba, a 20 minutos de voadeira da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Essa comunidade, ao contrário da primeira, não apresenta uma organização espacial coesa, pois os grupos familiares que a compõem vivem distantes uns dos outros – na outra margem do rio, em flutuantes, ou em braços do rio.



Figura 26 – Vista da entrada da comunidade São Tomé no período da vazante.
Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

HISTÓRICO DA COMUNIDADE

Antes de ser instituída a comunidade São Tomé, a localidade era chamada de São José.

A comunidade São Tomé surgiu pela iniciativa de uma das moradoras da comunidade São José, dona Nair Alves da Costa, que hoje é a líder da comunidade. Sua motivação foi a necessidade de catequizar e alfabetizar as crianças, que ela classificou de “cegas” – sem estudo, sem ‘doutrina’, sem acompanhamento algum. Apesar de só ter estudado até a 4ª série, dona Nair passou a dar aulas para as crianças voluntariamente. A partir daí ela foi chamando as pessoas para construírem suas casas e formar uma nova comunidade, mais organizada, onde todos tivessem a oportunidade de trabalhar e crescer.

Os primeiros moradores começaram a limpar o terreno e foram construídas as duas primeiras casas na área. Algumas declarações de D. Nair expressam as dificuldades do começo: “eu consegui batalhando, batalhando, batalhando ... com o prefeito na época, madeira para construir 06 casas, e dei para as pessoas”. Assim foi fundada a comunidade São Tomé em fevereiro de 1992.

Um dia eu não sabia como trabalhar na comunidade, aí peguei e chamei meu irmão, que era líder da outra comunidade ..., aí ele veio fazer a reunião com a gente, e lá nesse dia nós começamos a fazer a diretoria da comunidade. Fizemos um bingo à tarde e fundamos a comunidade (D. Nair).

O nome da comunidade foi escolhido por D. Nair, devido a sua fé no santo, considerado o protetor da roça:

Eu já trabalhei muito com roça, antes de trabalhar com turismo. E a gente tinha aquelas coisas dos antigos, quando a minha mãe botou a gente no mundo já foi criado aquilo do São Tomé andar na roça, visitar a roça, por que tem umas formigas que ‘tora’, né? e a gente se apegava com Deus e com São Tomé pra que ele não deixasse, por que ele era o protetor do roçado”. Eu escolhi esse como o padroeiro da comunidade.

2.2 Classificação da pesquisa

De acordo com o tipo de dados coletados e pela análise feita desses dados, o estudo realizado nas comunidades rurais Nossa Sra. do Perpétuo Socorro e São Tomé tem um caráter de pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 2005)¹⁵, embora tome como referência, também, dados quantitativos, que contribuem para dar maior alcance analítico e ampliam a representatividade das informações.

Para este autor, “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Ainda segundo Chizzotti (2005), é possível “fazer uma análise qualitativa de dados estritamente quantitativos, ou que o material recolhido com técnicas qualitativas podem ser analisados com métodos quantitativos”.

Considerando as complexas relações entre o homem e a natureza, bem como o que determina a necessidade da participação do planejamento e desenvolvimento da atividade ecoturística, será adotado o método do Estudo de Caso (GREENWOOD, 1973; GIL, 1991)¹⁶.

¹⁵ De acordo com o autor, a pesquisa qualitativa fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta.

¹⁶ Para os autores, o método consiste em um exame intensivo tanto em amplitude como em profundidade de uma unidade de estudo por meio de todas as técnicas disponíveis para tal. A unidade de observação pode ser qualquer nível real da sociedade. Este método se caracteriza por três aspectos principais: a intensidade, oportunismo e o emprego de procedimentos heterodoxos de análises. O autor afirma que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado do mesmo, tarefa esta, segundo o autor, praticamente impossível mediante outros delineamentos.

2.3 Coleta de dados

Antes da coleta de dados, foi realizado o levantamento bibliográfico na busca de elementos teóricos para elucidação dos problemas a serem investigados. Tal procedimento possibilitou a produção do conhecimento a partir do qual a pesquisa foi estruturada.

Para atingir os objetivos dessa proposta foram adotados os procedimentos de coleta de dados abaixo mencionados, considerando a ética da pesquisa, conforme proposta ao Comitê de Ética (Anexo A):

A observação direta foi feita através de fotografias, gravações de depoimentos e um diário de campo (BARROS, 2000)¹⁷ (Anexo B) para o registro de fatos observados através de notas e/ou observações. O diário foi identificado com data e local da observação, e nele foram registradas as notas/ observações e seus respectivos comentários, atividades diárias, vivências, percepções e experiências obtidas na pesquisa, considerações e impressões pessoais sobre o observado e o executado na pesquisa. A observação participante permitiu coletar dados a partir da interação com os comunitários no decorrer das diversas atividades realizadas *in loco*.

Durante o período da observação surgiu a necessidade de se fazer alterações/ adaptações no formulário para que este pudesse atingir com mais precisão os objetivos propostos. As alterações, no entanto, se limitaram à adequação do vocabulário e melhoramento das questões em relação ao contexto das comunidades, e não ao seu conteúdo propriamente dito.

No primeiro contato com as comunidades foi feita a aplicação do formulário focal (Anexo C) com o objetivo de caracterizar sua infra-estrutura, modos de vida e cultura, fontes de renda, forma de organização, seus principais problemas, e também caracterizar a prática do

¹⁷ Para o autor este instrumento será útil na contextualização dos dados levantados e na reconstrução dos fatos observados.

turismo. O formulário focal foi aplicado entre as principais lideranças da comunidade, como líder comunitário, professores e agente de saúde.

De posse dessas informações, e com os conhecimentos preliminares das comunidades, teve início a pesquisa de campo, que seguiu os seguintes procedimentos: 1. Coleta de dados quantitativos – Com a aplicação da técnica de *entrevista estruturada* (GIL, 1999)¹⁸, através do uso de formulários¹⁹ previamente codificados, com exceção das perguntas abertas (Anexo D). Foi esclarecido ao entrevistado o anonimato e a segurança de sua privacidade. Foi aplicado com os representantes dos grupos domésticos. 2. Coleta de dados qualitativos – Através de entrevista não-diretiva, com maior nível de profundidade, onde as respostas são registradas a partir de questões ou tópicos sobre os quais o entrevistado discorre livremente. Foi realizada com os moradores mais antigos da comunidade e o registro das informações foi feito por meio de gravador de voz.

Entrevistas, depoimentos e fotografias também foram submetidos à assinatura do termo de consentimento por parte do entrevistado.

A entrada em campo foi feita através de contato (conversa informal) com as agentes de saúde de cada comunidade (moradoras locais) e com os líderes comunitários, que, sem nenhuma objeção, consentiram com a realização da pesquisa. Além disso, demonstraram interesse na investigação e se dispuseram a ajudar em tudo que fosse necessário, desde o deslocamento, alojamento, visitas aos moradores, reconhecimento do local etc.

Os formulários foram aplicados individualmente, em cada residência, onde primeiramente foram explicados os objetivos e as condições da pesquisa, o termo de consentimento livre e esclarecido, e o anonimato do entrevistado.

¹⁸ Para o autor a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam.

¹⁹ Ao contrário do questionário, no caso do formulário existe o contato direto entre entrevistador e entrevistado. O investigador é quem faz as perguntas e anota as respostas, podendo ampliar os dados com observações complementares (LAKATOS, 1990).

2.4 Definição da população e da amostra

Foram estudadas duas comunidades localizadas no município de Iranduba, considerando sua importância como um dos municípios integrantes do pólo ecoturístico do Amazonas. O critério utilizado para a escolha das comunidades, foi sua localização no entorno de alguns dos principais empreendimentos ecoturísticos locais. Vale ratificar que o ecoturismo propriamente dito, conforme o que se deseja investigar, é praticado nessas comunidades chamadas locais e/ou rurais, e não na sede do município, na zona urbana.

Na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro (comunidade 1) a entrevista foi realizada com 35,5% das famílias; na comunidade São Tomé (comunidade 2) o percentual foi de 53,8% das famílias. A unidade familiar foi tomada como ponto de referência, conforme os objetivos propostos na investigação. Em cada família foi entrevistada 01 pessoa adulta, sendo o pai ou a mãe da família, ou o chefe/ representante da família.

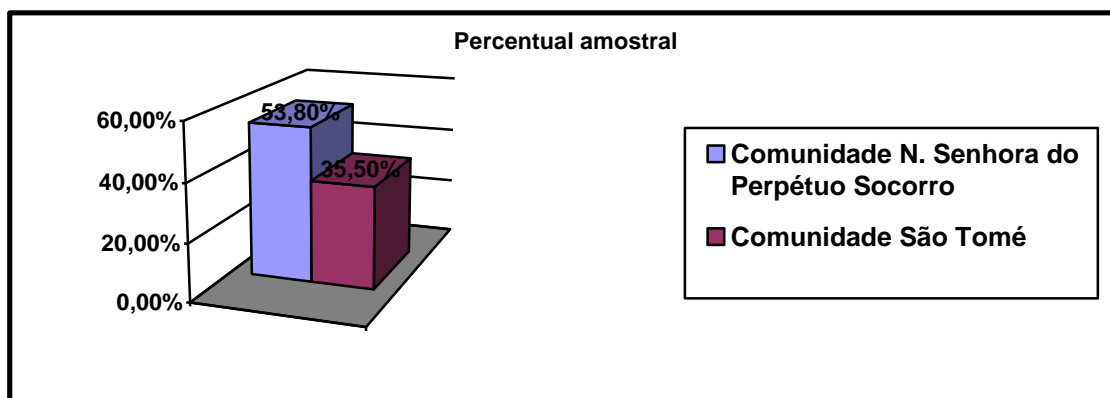


Gráfico1 – Percentual amostral da pesquisa em cada comunidade.

A definição da população foi feita através de amostragem dirigida, através da qual foram selecionados indivíduos (famílias) que trabalham com o turismo, e indivíduos (famílias) que não trabalham com o turismo. Com isso esperava-se obter dados decorrentes de

diferentes pontos de vista. Na comunidade 1, o percentual foi de 50% de indivíduos que trabalham com turismo e 50% que não trabalham com turismo; já na comunidade 2 o percentual foi de 57,2% de indivíduos que trabalham com turismo e 42,8% de indivíduos que não trabalham com turismo.

Como critério de inclusão, foram entrevistados indivíduos com idade superior a 18 anos e que aceitaram participar da pesquisa (conforme termo de consentimento livre e esclarecido). Fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais foram considerados e avaliados conforme formulário anexo.

2.5 Técnicas de tratamento, análise e interpretação dos dados

2.5.1 Análise dos dados qualitativos

A Análise do Conteúdo (AC) é o instrumento (BARDIN, 1977) que foi utilizado para analisar as informações coletadas em campo.

Conforme definição de Bardin (1977), análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise da comunicação visando obter, por meio da descrição dos seus conteúdos, indicadores que possibilitem inferir conhecimentos relativos a essas mensagens.

Nos parágrafos seguintes busca-se detalhar cada parte que compõe esta definição para melhor entender como Bardin percebe a especificidade e unidade da AC.

Para o autor, as comunicações, campo de aplicação da AC, podem ser desde mensagens lingüísticas em forma de ícone, até “comunicações” em três dimensões. Henry e Moscovici, citados por Bardin (1977), afirmam que tudo o que é dito ou escrito (agendas, maus pensamentos, diários íntimos, cartas, respostas a questionários, delírio do doente mental, entrevistas etc.) pode ser submetido a uma análise de conteúdo, porém o autor se interroga se

há uma unidade, ao nível das regras de funcionamento da AC, já que as comunicações são o seu campo, que, por definição, é muito vasto.

Conforme a segunda parte da definição dada à AC, a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e refere-se ao tratamento da informação contida na mensagem. O tratamento descritivo (enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é o primeiro momento do procedimento. No que se refere às características sistemática e objetiva, são importantes por darem um aval de objetividade científica ao trabalho do analista.

Na terceira parte da definição dada por Bardin à AC, encontramos a intenção da AC, a saber: é a “inferência²⁰ de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. (BARDIN, 1977)

O autor afirma, no que se refere à inferência, que o analista, ao modo de um arqueólogo, trabalha com vestígios que são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. O analista tira partido do tratamento das mensagens (de documentos suscitados²¹ ou naturais²²), para inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre seu meio.

São estes, portanto, os aspectos considerados por Bardin para fundamentar a unidade e a especificidade da análise do conteúdo.

Dentre as diversas técnicas que foram desenvolvidas na AC, neste trabalho optou-se pela análise temática, cronologicamente, a primeira técnica desenvolvida, e é também a mais utilizada.

²⁰ Inferência: operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras. (BARDIN, 1977)

²¹ Tipo de documento submetido a análise suscitado pelas necessidades do estudo (por exemplo, respostas a questionários de inquéritos, testes, etc). (BARDIN,1977)

²² Documentos produzidos espontaneamente na realidade - tudo o que é comunicação. (BARDIN, 1977)

Segundo Bardin (1977), esta técnica consiste em tomar em consideração a totalidade do “texto”, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, feito a partir do desmembramento de texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.

2.5.2 Análise dos dados quantitativos

Os dados quantitativos foram analisados através de porcentagem e média aritmética. Com essas duas variáveis foi possível elaborar os gráficos e as tabelas, pois a essência da análise se deu através dos dados qualitativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo será feita a apresentação e análise dos resultados, através do cruzamento entre o levantamento bibliográfico realizado inicialmente, e os dados obtidos na pesquisa de campo. Ele está dividido em dois temas norteadores que se complementam mutuamente, e facilitam a compreensão do estudo: *Dinâmica social das comunidades e Ecoturismo e sustentabilidade social como um desafio para as comunidades estudadas no município de Iranduba (AM) – um estudo de caso.*

Em primeiro lugar será feita a apresentação da dinâmica social de cada comunidade através da caracterização de sua população e infra-estrutura, considerando os aspectos social, ambiental, econômico e político, qualidade alimentar, suas principais necessidades, acesso/qualidade dos serviços de educação, saúde e transportes, e sua organização social. Tais informações constituem indicadores que vão contribuir para a caracterização da atividade turística em relação ao bem-estar social das comunidades.

Em segundo lugar dar-se-á a caracterização e análise da atividade turística, partindo da forma como as comunidades estão inseridas no roteiro turístico e como ele é praticado em cada comunidade, e analisar os resultados obtidos junto aos comunitários para, assim, identificar as implicações sociais do ecoturismo sobre a vida social das comunidades, que é o objeto deste estudo.

3.1 Dinâmica social das comunidades

3.1.1 Caracterização social da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Existem cerca de 50 famílias residentes na comunidade, e sua organização espacial é bastante coesa, ou seja, as casas, em geral, são próximas umas das outras, o que favorece a sociabilidade entre os moradores. A maioria das casas da comunidade é de madeira (Tabela 1/ Figura 27).

TIPO DE CASA	Nº	%
Tijolo/ Adobe	04	7,41
Taipa revestida	00	00
Taipa não revestida	01	1,85
Madeira	47	87,04
Material aproveitado	02	3,70

Tabela 1 – Tipos de construção das residências da Comunidade N. Senhora do Perpétuo Socorro. Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iranduba (setembro/2006).



Figura 27 – Arquitetura das casas da comunidade N. Senhora do Perpétuo Socorro. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

As famílias são relativamente pequenas, apresentando uma média de 3,7 pessoas por unidade familiar, e de 1 criança (menor de 12 anos) por família, dados que contrariam as

expectativas iniciais que previam grandes famílias com muitas crianças. Há um determinado “controle familiar” realizado através do trabalho de sensibilização realizado pelas agentes de saúde ao longo dos anos.

Do total de famílias entrevistadas, 37,5% tinham crianças em idade escolar, das quais todas freqüentam a escola da comunidade.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde de Iranduba, 50,9% da população são do sexo masculino, e 49,1% do sexo feminino (Tabela 2).

SEXO	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 a 59	> 60	TOTAL
Masculino	0	10	9	6	9	10	42	8	7	9	110
Feminino	1	14	7	5	10	10	34	7	9	9	106
Nº de pessoas	1	24	16	11	19	20	76	15	16	18	216

Tabela 2 – Faixa Etária (anos).

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iranduba (setembro/2006).

Entre os entrevistados, a faixa etária média predominante dos representantes das famílias é de 45 a 54 anos de idade (Tabela 3); 31,25% dos entrevistados são do sexo masculino e 68,75%, do sexo feminino (Tabela 4). Observou-se que no momento de realização das entrevistas muitos homens/ maridos estavam trabalhando.

	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 54	55 a 60	> 60	TOTAL
QUANT.	02	04	04	05	00	01	16
%	12,5%	25%	25%	31,25%	-	6,25%	100%

Tabela 3 – Faixa etária dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

SEXO	QUANT.	%
MASCULINO	05	31,25%
FEMININO	11	68,75%

Tabela 4 – Sexo dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Em relação ao local de nascimento, verificou-se que 37,5% dos entrevistados têm sua origem em outros municípios do Estado do Amazonas, enquanto que 62,5% nasceram no município de Iranduba – na região do Acajatuba, na sede do município, ou na própria comunidade (gráfico 2).

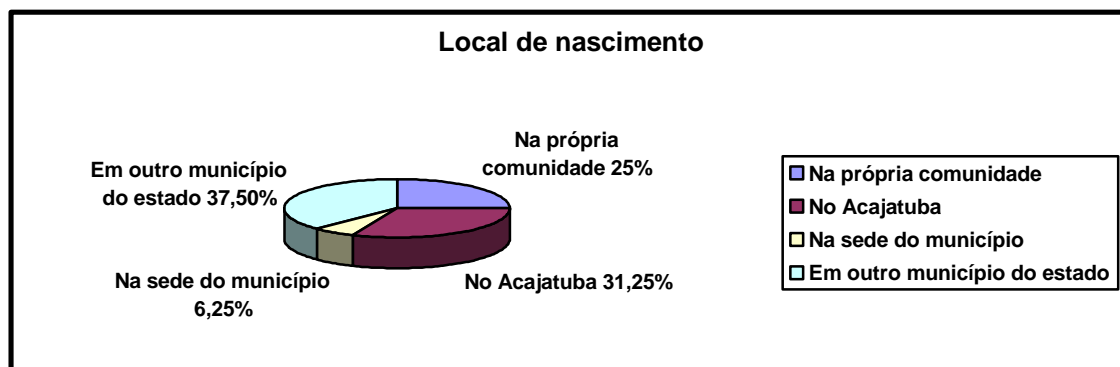


Gráfico 2 – Local de nascimento dos entrevistados

Em relação ao grau de escolaridade (Gráfico 3), ainda existem pessoas adultas que foram somente alfabetizadas e que sabem escrever apenas seus nomes; estes representam 13%. Dos demais comunitários, 81% responderam ter o Ensino Fundamental incompleto. Desses, a maior parte só estudou até a 4ª série, o que pode se dever ao fato de que até a década de 80 só era oferecido até a 4ª série na comunidade. Caso a pessoa quisesse prosseguir estudando, deveria ir para Iranduba ou Manacapuru, o que dificultava a continuidade dos estudos.

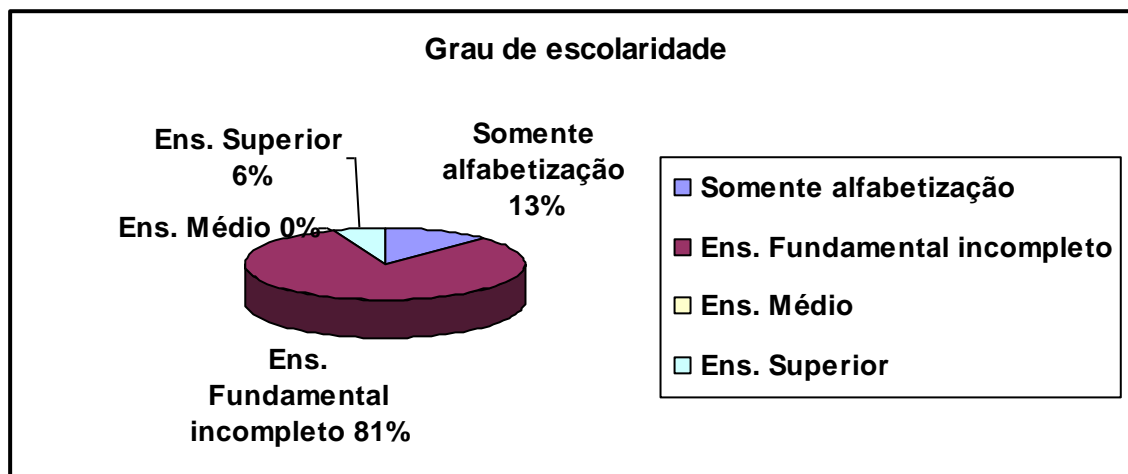


Gráfico 3 – Grau de escolaridade.

ALIMENTAÇÃO

De acordo com Fraxe (2004)

A cozinha amazônica se apresenta como mais uma vertente da culinária brasileira, seja com a contribuição de raiz, com a sua morfologia pré-colombiana e o seu sabor pescado nas profundezas das águas tépidas dos grandes rios, ou com os seus condimentos garimpados nas sendas perdidas das grandes florestas. (FRAXE, 2004, p. 180)

Ainda segundo a autora, “comer é conhecer” (FRAXE, 2004, p. 181). A culinária é uma forma de conhecimento de uma cultura; são sinais culturais reveladores de uma civilização. A culinária amazônica revela a forte influência indígena através da moderação dos condimentos, dos benefícios de consumir o alimento ainda fresco, ou do uso do sal para a conservação de alimentos. Os povos indígenas legaram à culinária cabocla um rico cardápio baseado na utilização dos peixes, da caça, das raízes e dos frutos. As características da culinária indígena permaneceram mais fortes aqui do que a africana e a européia que aqui também chegaram. (FRAXE, 2004)

O jaraqui é o peixe mais comum durante os 12 (doze) meses do ano nas comunidades estudadas. Na época da seca são várias as espécies consumidas: jaraqui, acará, tucunaré, pacu

e principalmente piranha. As principais frutas locais são: acerola, manga, jenipapo e cupuaçu, cada uma em sua época. É muito comum também o vinho de abacaba e de açai. Esses são exemplos de alimentos extraídos na própria comunidade.

Paradoxalmente à grande riqueza oriunda das florestas e dos rios que cercam essas comunidades, a grande dificuldade financeira compromete a qualidade, a quantidade e a variedade da alimentação de muitas famílias.

Alguns itens alimentares não são encontrados no local, como pão (que é substituído pela bolacha ou pelo biju), carne e frango frescos etc. Para conseguir tais alimentos, é necessário comprar em Iranduba ou em Manacapuru. As 02 (duas) casas de farinha da comunidade estão desativadas. De acordo com alguns comunitários, mesmo tendo a mandioca, o custo de fabricar a farinha é muito alto se comparado ao preço de venda. Também não se encontra com frequência alimentos regionais como goma de tapioca, pupunha e tucumã.

Existem 03 (três) estabelecimentos comerciais na comunidade. Os comerciantes locais trazem seus produtos de Iranduba, Manacapuru e até de Manaus. O prato principal mais comum nas refeições é a carne em conserva, o ovo e a calabresa, acompanhados de arroz, feijão, macarrão e farinha. Algumas pessoas, se não tiverem condição de comprar outra coisa, pescam o necessário para comer. Não se encontra na comunidade peixe para comercialização.

ECONOMIA

Das famílias entrevistadas, 81,25% têm mais de uma fonte de renda para seu sustento. Apenas 18,75% afirmam ter uma única fonte de renda. Dentre as atividades predominantes destacam-se: o Turismo, através da confecção e venda de artesanato, alguns

empregados nos hotéis etc; a prestação de serviços (como carpintaria e funcionários da prefeitura) e o comércio. Há famílias que sobrevivem também da extração de madeira, da caça e da pesca (uma pequena quantidade) e da agricultura (a maior parte para o sustento da família).

As famílias da comunidade buscam fontes de renda variadas, fator que está primeiramente relacionado à época do ano – períodos de cheia, vazante, enchente e seca – que são propícios à caça, à pesca, à agricultura, à extração de madeira etc., cada um em sua época. Em segundo lugar, a diversificação da economia familiar é bastante favorável em uma comunidade onde o fluxo de capital é muito baixo.

Ao que parece, quando surgiram os primeiros projetos para a implantação do turismo, muitas famílias trocaram as atividades que desenvolviam pela nova perspectiva, aparentemente mais fácil e mais promissora. Como o fluxo e a intensidade do turismo também não são suficientes para o sustento da maioria das famílias, a prática da agricultura familiar ou da pesca, por exemplo, podem significar a única forma de ter o alimento na mesa. De acordo com um dos comunitários, “a agricultura é melhor que o turismo por que deixa a casa do caboclo farta”. Os produtos mais comuns na agricultura local são: banana, abacaxi, cará, banana, cebola, cheiro-verde, couve e mandioca.

Muitos comunitários declaram que o turismo “fracassou”, pois, ao contrário de outros tempos, quando eles recebiam grandes grupos de turistas com muita frequência, hoje a visitação na comunidade é irregular, não frequente e de grupos pequenos, o que causou grande impacto na vida de toda a comunidade, devido ao grande número de artesãos, entalhadores e barqueiros que se beneficiavam diretamente do turismo. Afora isso, quando há fluxo de capital, todos são beneficiados, desde o comerciante de estivas até o agricultor, que pode comercializar seus produtos.

A maioria das famílias da comunidade ainda não é assistida por nenhum benefício social, e isto deve principalmente à falta de documentação pessoal necessária. Há muitos idosos e agricultores que não podem se aposentar, e crianças que não têm registro, e nem podem receber o bolsa-escola devido à falta de documentação básica dos pais. Muitos agricultores e ex-agricultores reclamam pela falta de documentação de seus terrenos, o que os impede de receber financiamentos e de se aposentar.

ENERGIA ELÉTRICA

O maior problema apontado pelos comunitários é a falta de energia elétrica (a comunidade ainda não foi beneficiada pelo programa Luz para Todos, do Governo Federal), que torna a vida rural mais difícil, compromete o bem-estar de todos, e dificulta a realização de tarefas/atividades consideradas simples, como usar um eletrodoméstico, fazer uso de uma geladeira ou de um freezer, por exemplo.

Existe um motor de luz comunitário que funciona cerca de 04 horas/dia, no período da noite, de 18h às 22h. Funciona com o diesel que é comprado em forma de rateio pelas famílias da comunidade. Cada família colabora com 01 litro de diesel/dia, que custa R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos), para ter energia em sua casa, o que acarreta um custo mensal muito alto. Além disso, nem todas as famílias dispõem desse valor todos os dias.

Há um membro da comunidade responsável por receber e controlar a entrega do combustível diariamente, ligar e desligar o motor de luz, e cortar o fornecimento de luz da família que não colaborou.

A questão da energia elétrica assume proporções diferentes em cada comunidade, pois muitos comunitários não têm condições de colaborar e não podem, assim, contar com o fornecimento; por outro lado, o motor de luz não pode funcionar com um nível muito baixo

de combustível, então há vezes em que algumas famílias colaboram, mas mesmo assim o motor não pode ser ligado.

Em acordo com a prefeitura de Iranduba, os moradores das comunidades se comprometeram em abrir um ramal na mata até chegar à rodovia, e a partir daí a prefeitura faria a ligação para levar energia elétrica até a comunidade-sede (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro), e daí para as demais comunidades. Os homens se uniram e abriram o ramal braçalmente até cerca de 1km da rodovia, mas devido a questões de posse de terra não foi possível continuar, e os moradores ainda aguardam que a prefeitura dê condições para que o serviço seja concluído.

A abertura do ramal, além de possibilitar a chegada da energia elétrica, facilitaria o acesso à comunidade, o tráfego de automóveis e tornaria mais fácil e barato o escoamento dos produtos.

A comunidade também possui 02 poços artesianos e uma bomba d'água, que, logicamente, só funciona enquanto há energia. As casas que têm caixa d'água, fazem sua provisão para o dia seguinte.

Há também uma caixa d'água comunitária, com capacidade de 5 mil litros, e outra no posto de saúde.

SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E TRANSPORTES.

Dentre os comunitários entrevistados, 81,25% afirmaram que houve melhoria nos serviços de saúde, educação, segurança e transportes, enquanto 18,75% afirmaram que não houve melhoria nesses serviços (Gráfico 4). Os serviços apontados como os que sofreram melhorias são: em 1º lugar a saúde, em 2º lugar a educação, e em 3º lugar os transportes.

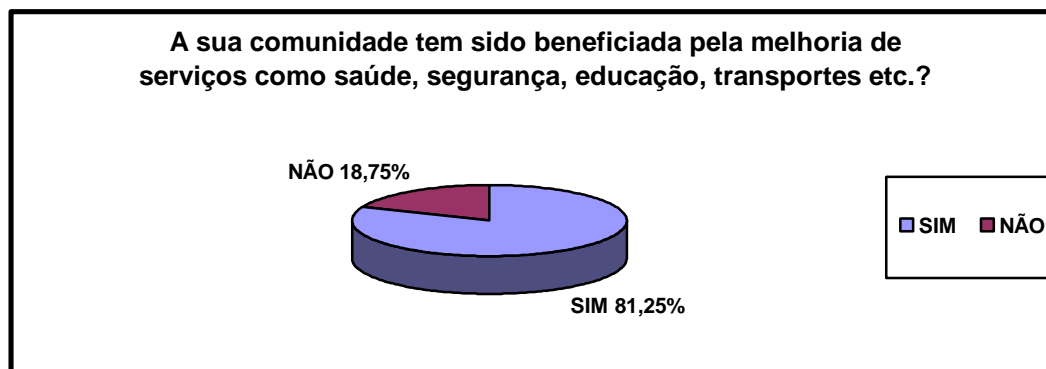


Gráfico 4 – Melhoria dos serviços – Saúde, segurança, educação e transportes.

As melhorias no setor de saúde se devem à construção do novo posto de saúde e à maior disponibilidade de medicamentos. No caso da educação, a reforma da escola representou uma grande melhoria para os comunitários, apesar dos problemas administrativos e operacionais continuarem os mesmos.

O que melhorou no transporte, de acordo com alguns comunitários, é que hoje mais famílias têm sua própria canoa, seu próprio motor ou sua própria “rabêta”, mas o acesso à comunidade continua difícil, caro, e não há barcos de passageiros regulares e frequentes na região.

O acesso da rodovia Manuel Urbano até a Prainha (local onde começa o percurso de voadeira até a comunidade) é feito por um ramal de 10km. O único ônibus que faz o percurso do ramal, o faz apenas às quartas e sábados, em horários determinados.

Os comunitários também se queixam da falta de segurança. Não há um guarda ou um posto policial nem na comunidade, nem nas proximidades. Apesar de não se tratar de um lugar com alto índice de violência, muitos se sentem desprotegidos e inseguros, pois no caso de uma emergência não há a quem recorrer.

A escola da comunidade (figura 28), que foi inaugurada em março de 2006, funciona nos turnos matutino e vespertino – pela manhã de 1ª a 4ª série, e à tarde de 5ª a 8ª, pelo sistema “SAT”. Apesar de nova, a escola enfrenta grandes problemas. Devido à falta de

energia elétrica na comunidade e à falta de recursos para manter o fornecimento na escola, não há luz, ventiladores, nem água. Muitas vezes os alunos têm que voltar em casa para usar o banheiro. Além disso, geralmente não há material suficiente para o ano letivo de trabalho com os alunos.



Figura 28 – A escola da comunidade. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

O posto de saúde (figura 29), também recentemente inaugurado, conta com uma enfermeira, uma microscopista (que faz a coleta de material para identificação da malária, doença mais comum entre crianças e adultos), e uma agente de saúde, que faz o acompanhamento das famílias, trabalho de prevenção de doenças etc. Ainda em relação à malária, sua identificação e tratamento são feitos na própria comunidade.



Figura 29 – Posto de saúde. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

Apesar das inquestionáveis melhorias, ainda falta, às vezes, materiais de primeira necessidade e medicamentos; o atendimento médico público, que deveria ser feito periodicamente, é irregular devido a problemas de transporte dos médicos e falta de combustível. A comunidade é servida, algumas vezes, por um barco médico de uma agência missionária.

Na comunidade há também uma parteira voluntária que realiza a maioria dos partos na própria comunidade, exceto nos casos em que há necessidade de maiores cuidados, casos esses que são diagnosticados através dos exames realizados na sede do município, Iranduba.

COMUNICAÇÃO

Não existe nenhum telefone público na comunidade. Há um na comunidade vizinha, mas está fora de funcionamento. A principal forma de comunicação é através de telefones celulares particulares com antenas rurais. Os comunitários que não possuem tais equipamentos, ou pedem emprestado, ou se comunicam através de cartas levadas pelos barcos da região.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A associação comunitária se reúne a cada seis meses, de acordo com seu estatuto. Todos os comunitários podem participar, mas são consideradas sócias aquelas famílias que pagam uma taxa de R\$3,00/mês. Os sócios podem votar e ser votados. Há poucas famílias associadas, devido, entre outros fatores, às acentuadas dificuldades financeiras. Isso compromete as atividades da associação, que, com poucos recursos, tem sua atuação bastante

limitada. A arrecadação, na maioria das vezes, só é suficiente para o deslocamento do líder comunitário à sede do município.

Apesar de todas as dificuldades e limitações da associação, percebe-se, nesta comunidade, certa 'organização' que foi desenvolvida ao longo dos anos, onde há normas, regras, direitos e deveres. Há uma disposição dos comunitários (pelo menos da maioria) em se organizar.

As reuniões da associação são realizadas no Centro Social (Figura 30), assim como outras festas e eventos sociais ou familiares.



Figura 30 – Centro Social. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

A principal forma de diversão dos comunitários é o futebol. A comunidade possui 02 campos de futebol (Figuras 31A e 31B)



Figura 31A – Campo de futebol 1. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 31 B – Campo de futebol 2. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

RELIGIÕES

Apesar da forte influência católica na comunidade desde sua fundação, hoje já existem 03 (três) igrejas em funcionamento da comunidade (Figuras 32A, 32B e 32C).



Figura 32A – Igreja Católica. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 32B – Igreja evangélica Presbiteriana. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 32C – Igreja evangélica Assembléia de Deus. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)

A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

A Amazônia apresenta um complexo contexto formado por um conjunto de valores, crenças e modos de vida que se expressam em uma organização singular de suas populações.

As populações amazônicas, a exemplo das comunidades rurais investigadas, apresentam um conhecimento singular dos ciclos naturais da região, das propriedades das ervas, cascas de árvores e plantas para a cura de determinadas enfermidades e do melhor aproveitamento dos recursos que a floresta pode oferecer gratuitamente.

Como exemplo, podemos citar a *goiaba de anta*, cujo chá é utilizado para o tratamento de gastrites, e o *algodão-roxo*, indicado para o tratamento de hemorragias uterinas.

Na confecção do artesanato local também se expressa a riqueza de possibilidades que a floresta pode oferecer, aliada à criatividade dos artesãos e artesãs em criar peças que encantam turistas brasileiros e estrangeiros. São utilizadas sementes, cascas, frutos e cipós entre outros, dos quais podemos citar: fruta da seringueira, tentos (de cores variadas), morototó (um dos preferidos pelos turistas), semente de abacaba, caroço de açaí, pêlo de porco-espinho, Santa Luzia, malva e cipó-jussara. São colares, brincos, pulseiras, utensílios domésticos e peças entalhadas em madeira (Figuras 33 e 34).



Figura 33 – Loja de artesanatos na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 34 - Loja de artesanatos na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro.
Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

Em toda a região do Lago Acajatuba há uma tradição na confecção de artesanato regional, que é vendido nas próprias comunidades ou sob encomenda, para os hotéis.

Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por exemplo, desde cedo as crianças se interessam e são ensinadas a fazer artesanato, e já vendem suas peças para os comerciantes locais (Figura 35).



Figura 35 – Crianças da comunidade confeccionando artesanato. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

Ao falarmos do conhecimento local (saber comum dessas populações) e nas possibilidades de aproveitamento dos recursos, surge um paradoxo no que se refere à conservação do meio ambiente: a extração de madeira. Apesar de proibida, a extração de recursos madeireiros ainda é uma das principais atividades econômicas da região do Acajatuba.

Perguntado aos entrevistados se a comunidade protege a natureza, 43,75% responderam que SIM, e 56,25% responderam que NÃO (Gráfico 5).



Gráfico 5 – A proteção da natureza pela comunidade.

A idéia do que é proteger a natureza se apresenta estritamente relacionada ao aspecto aparente da comunidade – limpeza e tratamento do lixo – e à questão da extração de madeira.

A prevalência da resposta NÃO foi unanimemente justificada pelo reconhecimento de que a extração de madeira é intensa na comunidade e nociva ao ambiente. Os 43,75% que responderam SIM, justificaram sua resposta pela limpeza e zelo pela aparência da comunidade.

Nesse ponto foi levantada uma questão polêmica – é a questão sustento X proteção da natureza. Muitos se justificam com o argumento de que precisam sobreviver de alguma forma, e que não têm outra maneira de “ganhar dinheiro”. De acordo com um dos comunitários, “as pessoas acham que madeira dá mais dinheiro porque tem todo dia, e o

turismo, não”. Entretanto é consenso a escassez do recurso madeireiro, pois os próprios madeireiros reconhecem que têm que percorrer caminhos cada vez mais longos para achar madeira. Isso nos remete à questão da insustentabilidade econômica e ambiental, onde se extinguem os recursos dos quais dependem para sua sobrevivência e seu bem-estar.

3.1.2 Caracterização social da comunidade São Tomé

A comunidade São Tomé apresenta algumas semelhanças com a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no que se refere ao problema da energia elétrica, aos serviços de segurança, comunicação e transporte, e tipo de alimentação, por exemplo.

Se por um lado esses problemas são comuns, na comunidade São Tomé a situação é agravada por uma série de fatores que serão destacados adiante.

Dentre as particularidades destacam-se:

- As dificuldades financeiras são mais intensas;
- Há pouca valorização das tradições e da história da comunidade;
- O nível de escolaridade dos comunitários é menor, o que dificulta muito a organização da comunidade em torno do bem comum;
- Apesar da existência de uma ‘associação comunitária’, a comunidade apresenta sérios problemas para se organizar, principalmente pela falta de ‘entendimento’ da necessidade de a coletividade transpor o individualismo em lugares ditos isolados do ponto de vista da geografia física;
- A infra-estrutura ainda é muito precária, carecendo de serviços básicos;
- Dificuldade na construção de laços afetivos, de amizade, de identificação e de cumplicidade entre os comunitários.

Buscar-se-á fazer uma melhor caracterização da comunidade, apresentando os dados obtidos na investigação.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A comunidade São Tomé é formada por cerca de 40 famílias. Na área central²³ da comunidade, foco deste estudo, vivem 13 famílias relativamente pequenas, apresentando uma média de 3,4 pessoas/família, e 1,4 criança/família. As casas também são predominantemente de madeira.

A faixa etária predominante entre os entrevistados está entre 35 e 44 anos, e 55 e 60 anos (Tabela 5). Ao contrário do que foi verificado na comunidade 1, a maior parte dos entrevistados é do sexo masculino, 57,1%, enquanto 42,9% deles são do sexo feminino (Tabela 6). A presença maior dos homens em casa no momento da entrevista pode se dever à dificuldade de oportunidades de emprego/trabalho, que é mais intensa nesta comunidade.

	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 54	55 a 60	> 60	TOTAL
QUANT.	I	I	II	I	II	0	07
%	14,3%	14,3%	28,6%	14,3%	28,6%	00	100%

Tabela 5 – Faixa etária dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

SEXO	QUANT.	%
MASCULINO	04	57,1%
FEMININO	03	42,9%

Tabela 6 – Sexo dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

²³ Para a Geografia Cultural, a centralidade de uma determinada área é caracterizada pelos fixos e fluxos onde ocorre a vida social, política e econômica desta área. No caso desta comunidade a centralidade pode ser identificada pela área onde se localizam o centro social, o local dos cultos religiosos, a escola, as lojas de artesanato e os atrativos turísticos.

Das famílias entrevistadas, 71,4% têm crianças em idade escolar. Destas, todas freqüentam a escola que funciona na própria comunidade.

Em relação ao local de nascimento, a maior parte da população, 57,2%, nasceu no município de Iranduba, sendo 28,6% na própria comunidade (desde quando ela ainda se chamava Comunidade São José) e 28,6% na região do Acajatuba. Os demais, 42,8%, têm sua origem em outros municípios do Estado do Amazonas. (Gráfico 6)

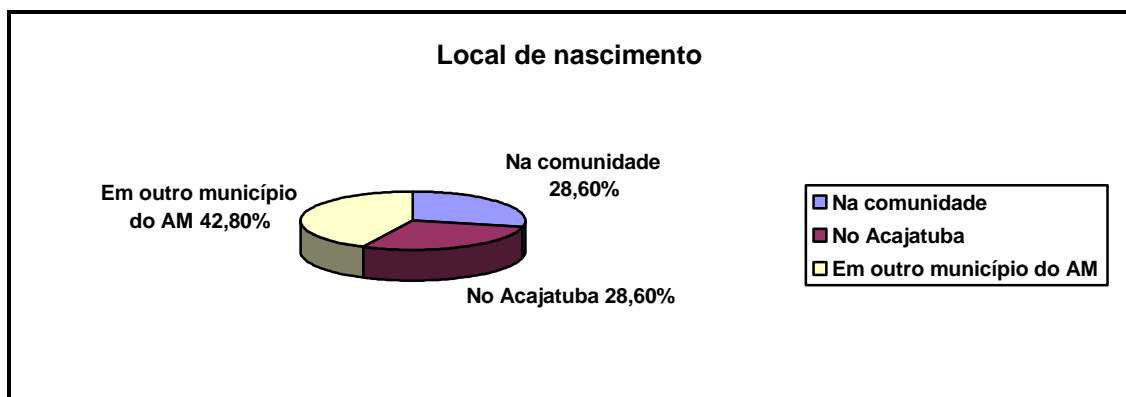


Gráfico 6 – Local de nascimento.

De acordo com o gráfico 7, há nesta comunidade uma parcela maior de adultos que só foram alfabetizados (ou ainda estão sendo); o percentual é de 28,6%. Apenas 14,3% dos entrevistados têm o ensino médio e a maior parte, 57,1%, tem o ensino fundamental incompleto.

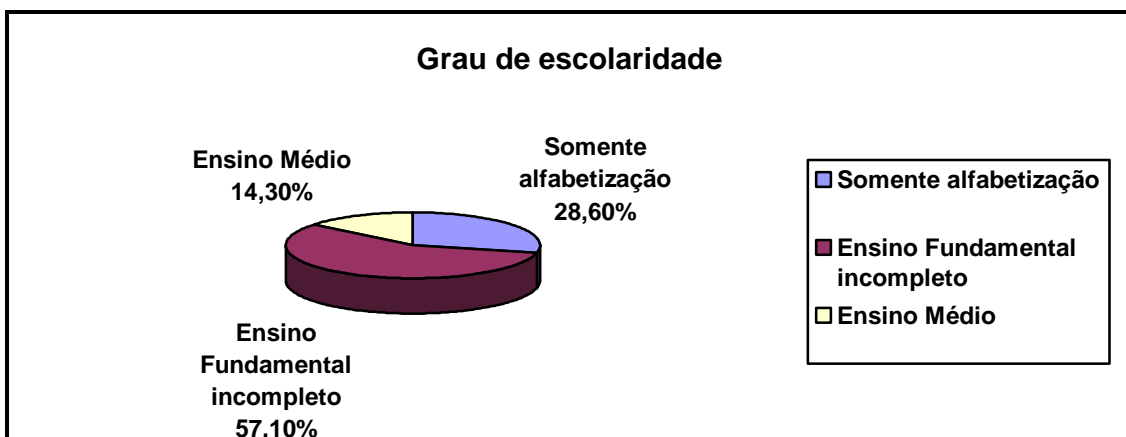


Gráfico 7 – Grau de escolaridade.

ECONOMIA

Dentre as famílias entrevistadas, existe apenas uma pessoa com emprego formal, a professora da comunidade, que é funcionária contratada pela prefeitura de Iranduba. Isso representa apenas 14,3% da amostra.

A maioria das famílias locais também recorre a mais de uma opção de fonte de renda para seu sustento, mas grande parte se constitui dos chamados “bicos” (empregos informais e temporários nos hotéis como carpinteiros e barqueiros) ou atividades de subsistência, como a caça e a pesca. O artesanato, principal forma de exploração do turismo, é fonte de renda de muitas famílias, mas devido à grande oferta e à forma desordenada como o turismo é praticado, acaba não beneficiando satisfatoriamente muitas pessoas.

Nesta comunidade as visitas de grupos de turistas são mais frequentes, e os grupos são maiores, no entanto a renda gerada na comunidade é baixíssima. Há grupos que entram e saem da comunidade e não consomem nada.

Pôde ser observado um grande número de comunitários à espera de grupos de turistas, na esperança de receber alguma coisa até para sua própria alimentação. Ao que parece, muitos se acomodaram com a situação de dependência de uma atividade instável e sem a organização devida, que está sujeita à influência de diversos fatores externos, como podemos citar a recente crise na aviação, que causou uma grande queda no número de turistas mesmo nos grandes hotéis, e que atinge diretamente todas as comunidades da região.

As pessoas entrevistadas não possuem vínculo empregatício com os hotéis, mas os mesmos informaram que há pessoas na comunidade que possuem.

SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E TRANSPORTES.

A comunidade apresenta ainda muitas deficiências no que diz respeito a sua infraestrutura.

Não há posto de saúde e nem agente ou enfermeira que possa fazer os atendimentos básicos. Em caso de necessidade, os comunitários têm que se deslocar até a comunidade-sede (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) para receber atendimento.

A escola da comunidade (Figura 36) foi reformada recentemente pela Visão Mundial, uma agência missionária que conta com apoio internacional, e realiza um trabalho freqüente e muito importante não somente nesta, mas em todas as comunidades da região através de auxílio na construção/reforma de escolas, igrejas e postos de saúde. Uma vez por mês o barco da agência passa pelas comunidades prestando atendimento médico, doando remédios, presenteando a comunidade com roupas e calçados usados, brinquedos, utensílios etc.



Figura 36 – Escola São José – Escola reformada da comunidade São Tomé. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 37 – A professora da comunidade na nova escola, com alguns alunos. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)

De acordo com o gráfico 8, a maioria dos entrevistados, 71,4%, afirmaram que a comunidade tem sido beneficiada pela melhoria de serviços como saúde, educação, transportes e segurança.

Dentre tais serviços se destacam: saúde – melhoria justificada pela visita mensal do barco da agência missionária, assistência mais presente na comunidade; e educação, devido à reforma da escola, que possibilitou melhores condições de aprendizagem para os alunos, e de trabalho para a professora.

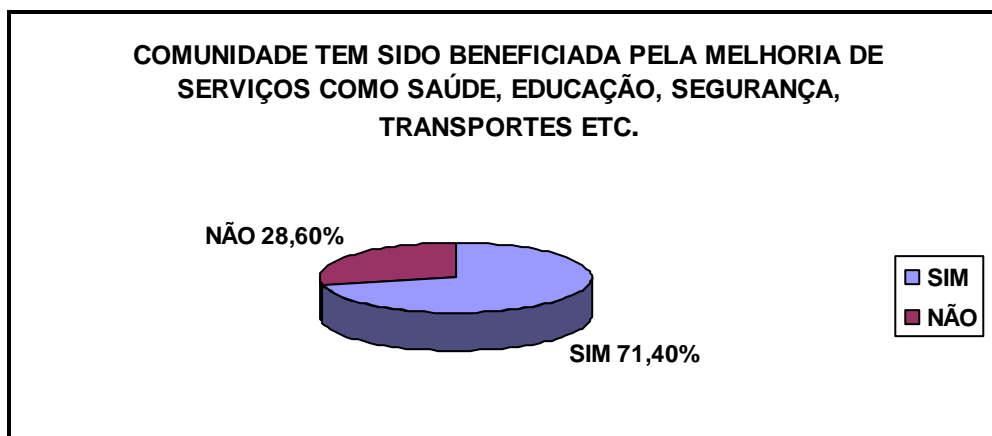


Gráfico 8 – Melhoria dos serviços de saúde, educação, segurança e transportes.

Em relação à proteção da natureza, 85,7% dos comunitários responderam que SIM, A COMUNIDADE PROTEGE A NATUREZA, enquanto que 14,3% responderam que NÃO, A COMUNIDADE NÃO PROTEGE A NATUREZA (Gráfico 9).

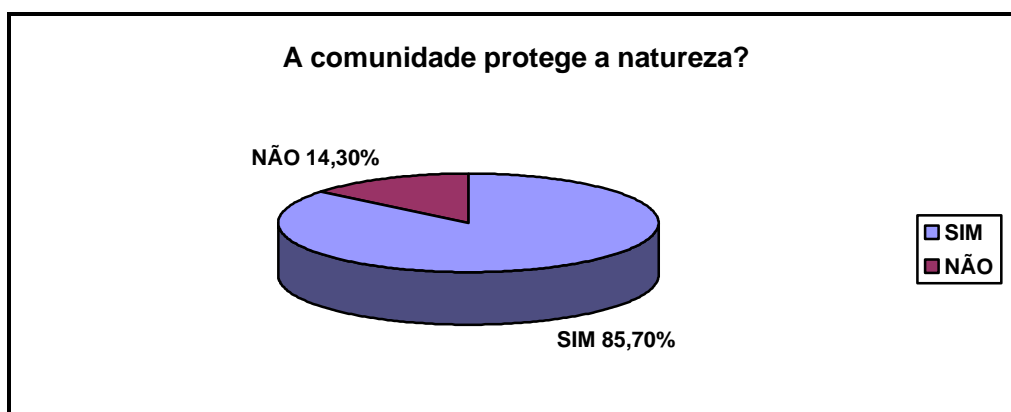


Gráfico 9 – A proteção da natureza pela comunidade.

A constatação de que a comunidade protege a natureza se dá, de acordo com os entrevistados, pelo fato de não haver na comunidade desmatamento e pela realização de mutirões de limpeza na comunidade.

3.2 Ecoturismo e sustentabilidade social como um desafio para as comunidades estudadas no município de Iranduba (AM) – um estudo de caso

3.2.1 “A visita à casa do caboclo”

Os empreendimentos hoteleiros de selva oferecem aos seus clientes atividades que lhes permitam conhecer melhor a cultura amazônica, descobrir seus mistérios e encantos, e estar mais perto da natureza e das belezas locais. Dentre essas atividades estão a caminhada na selva, a pesca da piranha, a focagem de jacaré, nadar e alimentar botos etc.

As duas comunidades estudadas fazem parte do roteiro básico de atividades oferecido pelos hotéis, ou seja, a visita às comunidades é inclusa no valor do pacote de hospedagem. Esta atividade é conhecida como “visita à casa do caboclo²⁴”, que de acordo com o que é informado aos turistas, tem o objetivo de conhecer o modo de vida do caboclo. No entanto, muito do que é divulgado e apresentado não representa a realidade, o que resulta, muitas vezes, na divulgação de uma imagem falsa, retorcida e artificial do nosso povo, seus costumes e modos de vida.

As visitas são planejadas pelos hotéis, de acordo com sua programação. Por exemplo: na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro as visitas são realizadas geralmente, após a caminhada na selva, antes do horário do almoço. Os visitantes são sempre conduzidos pelos guias, que os levam onde lhes parece melhor, e nos estabelecimentos comerciais que lhes oferecem uma comissão maior (a existência da comissão foi confirmada por vários comunitários e até por comerciantes).

Além disso, principalmente no caso de turistas estrangeiros, devido à barreira da comunicação, os guias ficam à vontade para dar explicações e informações que nem sempre

²⁴ De acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999, p. 242), caboclo é “uma expressão que vem do Tupi (kari’bora, “procedente do branco”); mestiço de branco com índio; cariboca; carijó; antiga denominação do índio; caboclo de cor acobreada e cabelos lisos [...]”

correspondem à realidade (como foi constatado durante a pesquisa), enquanto os comunitários assistem indefesos, sem compreender o que está sendo falado. O ponto principal aqui não é reprovar ou julgar a atividade ou o caráter dos guias, mas sim mostrar a realidade na prática do ecoturismo.

Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a visita consiste no percurso pela via principal da comunidade, conhecida como Avenida do Turismo (figura 38), passando pelos estabelecimentos comerciais, onde os visitantes podem comprar o artesanato local, consumir bebidas e tirar fotos com o tucano “Teco”, pagando uma taxa de R\$ 2,00 (figura 39). A visita termina na “casa da borracha” (figuras 40, 41 e 42), onde o guia mostra a seringueira, explica como é retirado o látex, e a importância da borracha no primeiro ciclo de desenvolvimento da região.



Figura 38 – Principal via da comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro, conhecida como Avenida do Turismo. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 39 – Tucano “Teco” pronto para receber a visita de um grupo de turistas. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 40 – Seringueira marcada pela retirada do látex. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 41 – Casa da borracha – Uma das principais paradas dos turistas. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 42 – Grupo de turistas atentos à explicação do guia. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)

Na comunidade São Tomé as visitas acontecem geralmente às 9h da manhã (figura 43). A visita tem início pelo principal estabelecimento comercial, responsável pela venda de estivas, bebidas e artesanato (figura 43). Em seguida os turistas são levados até a escola da comunidade, onde, neste horário, sempre está havendo aula. Na escola, os guias falam do trabalho honrado e “sacrificial” da professora, e das dificuldades financeiras enfrentadas pela escola – os turistas geralmente deixam doações em espécie para a professora.



Figura 43 – Chegada de um grupo de turistas à comunidade São Tomé. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 44 – Visita ao estabelecimento comercial. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)

Às vezes os turistas são levados aos outros pontos de vendas, mas isso nem sempre acontece.

As outras atrações na comunidade são: a casa da borracha (figuras 45 e 46), assim como na primeira comunidade, mas nesta um dos moradores, o Sr. Elias, faz a apresentação da defumação do látex e mostra produtos feitos com o látex; e uma cobra jibóia (figuras 47 e 48), que é criada pelo Sr. Elias para ser exibida aos turistas.



Figura 45 – Sr. Elias na casa da borracha. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 46 – Objetos produzidos com o látex. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006)



Figura 47 – Sr. Elias exibindo a jibóia. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).



Figura 48 – Turista estrangeira com a jibóia enrolada ao seu pescoço. Fonte: TEIXEIRA, Lorena (2006).

3.2.2 Ecoturismo Sustentável – a teoria versus a realidade nas comunidades investigadas.

Fennell (2002), citado no capítulo dois deste trabalho, dá início a uma discussão sobre duas modalidades diferenciadas de turismo: o Turismo de Massa, com apogeu entre os anos 70 e 80, caracterizado pelo grande fluxo de turistas e por oferecer poucos benefícios às comunidades anfitriãs; e o Ecoturismo, que surge por volta dos anos 80, como uma nova alternativa que leve em consideração em primeiro lugar as necessidades das populações locais e a conservação do ambiente, e não o crescimento econômico a qualquer custo.

A tabela 7 apresenta de forma resumida as principais características do Turismo tradicional (de Massa) e do Ecoturismo, considerando seus objetivos diferenciados.

TURISMO DE MASSA	ECOTURISMO
Aumento da demanda/grande fluxo turístico	Controle da demanda turística/ fluxo limitado à capacidade de suporte do local
Saturação dos locais turísticos	Conservação ambiental – Impacto ambiental mínimo
Domínio do turismo sobre a natureza	Maximização dos benefícios econômicos para as populações anfitriãs
Domínio do turismo sobre as comunidades locais	Respeito máximo às populações anfitriãs e sua cultura
Crescimento desordenado	Satisfação máxima dos visitantes.
Perturbação ambiental e social	Envolve um espírito conservacionista
Geração de poucos benefícios para a região de destino	Participação e envolvimento máximo das populações locais
Grande demanda por produtos e mão-de-obra de fora	Não deve consistir na única fonte de renda das populações locais
Sazonalidade	Máximo aproveitamento dos recursos e mão-de-obra locais.
	Sazonalidade

Tabela 7 – Turismo “tradicional” X Ecoturismo
 Fonte: Pesquisa bibliográfica (2006)

Considerando as diferenças teóricas evidentes, existem pontos que indicam uma descaracterização do que seria o Ecoturismo (sustentável por definição), levando em consideração a realidade observada nas comunidades estudadas. Tais pontos serão discutidos no decorrer deste capítulo.

Conforme mencionado no capítulo anterior, quando surgiram os primeiros projetos para o desenvolvimento do turismo local, muitos comunitários parecem ter deixado de praticar as atividades que exerciam anteriormente, como produção de farinha, pesca e caça, para viver somente do turismo. De acordo com Fennell (2002), é a substituição de seus modos de vida e de subsistência tradicionais por outros baseados na dependência de determinada atividade.

Ora, o ecoturismo também é uma atividade sazonal, ou seja, há períodos do ano em que há um grande fluxo de turistas, mas há períodos de grande baixa. Além disso, o fluxo de

turistas é limitado, primeiro, pela dificuldade de acesso à região, segundo, pelos altos preços cobrados pelos hotéis e pelas agências de turismo, o que reduz bastante o número de visitantes em potencial.

De acordo com Figueiredo (1999), a localização geográfica distante dos grandes centros urbanos e industriais, e o preço mais elevado dos produtos turísticos são característicos e favoráveis ao desenvolvimento do Ecoturismo, pois permitem um certo controle dos danos causados ao ambiente pela limitação do número de visitantes. Caso contrário, a atividade perderia sua essência conservacionista. Assim, é de se esperar que o fluxo turístico não seja suficiente para proporcionar uma renda satisfatória para todos, o que foi confirmado pelos próprios comunitários (Gráfico 11A).

Os comunitários foram questionados sobre sua opinião em relação a uma atividade turística intensa em suas comunidades, e os resultados são os seguintes (Gráficos 10A e 10B):

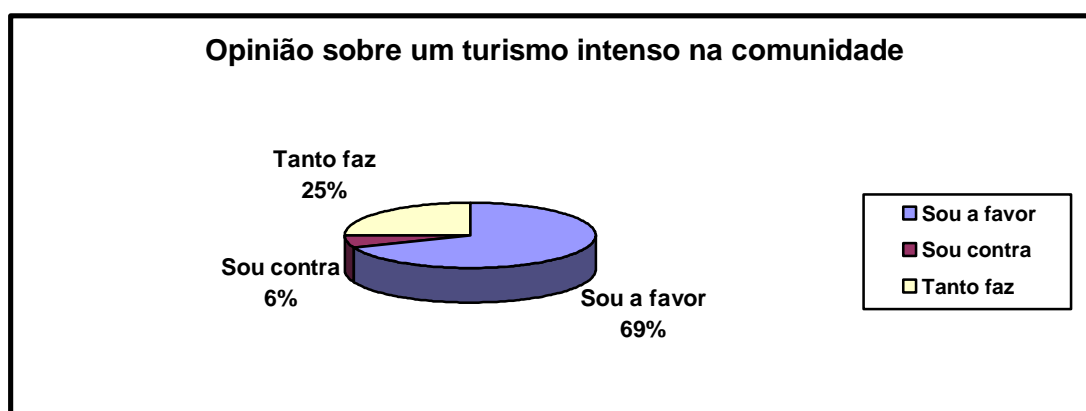


Gráfico 10A – Opinião sobre um turismo intenso na comunidade – C. N. Sra. do Perpétuo Socorro.

Nesta comunidade 69% dos entrevistados responderam que são A FAVOR, devido ao grande número de pessoas que depende do turismo na comunidade – “quanto mais turista vier, melhor”. Apenas 6% responderam que são CONTRA, justificando sua opinião pela forma desorganizada como o turismo vem sendo praticado. E 25% responderam que TANTO FAZ, o que confirma que nem todos na comunidade são realmente beneficiados pelo turismo.



Gráfico 10B – Opinião sobre um turismo intenso na comunidade – C. São Tomé

Na segunda comunidade os resultados são semelhantes. Do total de entrevistados, 71,4% responderam que são **a favor**. As pessoas que responderam que **tanto faz**, justificaram sua resposta pela pequena quantidade de turistas, e também porque, quando eles vêm, muitas vezes não consomem/compram nada, não gerando, assim, renda alguma.

Ao serem questionados se a comunidade de forma geral se beneficia (economicamente) do turismo, na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro (gráfico 11 A) 68,75% responderam que **NÃO**. De acordo com os entrevistados isso se deve a dois fatores principais: primeiro, o fluxo de visitantes é muito baixo; segundo, só “alguns” comerciantes se beneficiam. Algumas declarações demonstram a falta de esperança das pessoas no turismo: “As pessoas acham que madeira dá mais dinheiro porque tem todo dia, e o turismo, não”; ou ainda: “a maioria não acredita mais no turismo, não tem esperança que a coisa vai melhorar”.

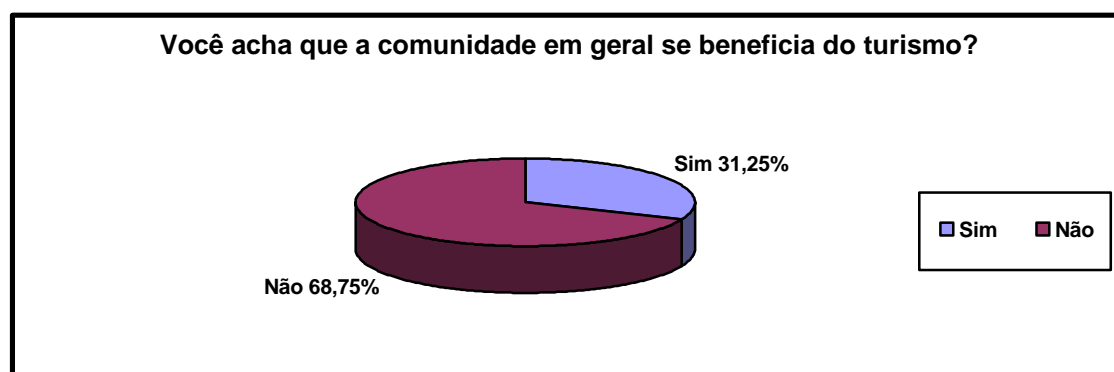


Gráfico 11 A – O turismo gerando benefícios para a comunidade. – C. N. Sra. do Perpétuo Socorro.

A afirmação de que “madeira tem todo dia, e turismo, não”, revela a complexidade existente entre sustento e conservação. Pelo contrário, a madeira está se tornando um recurso cada vez mais escasso na região devido à exploração predatória, mas na forma de pensar de muitos, no curto prazo, a melhor opção é extrair madeira.

Na comunidade São Tomé, neste quesito, os resultados foram surpreendentemente (até contraditoriamente) diferentes (gráfico 11 B). Todos responderam SIM, apesar das reivindicações e dos problemas levantados. Os principais benefícios apontados pelos entrevistados foram: a renda gerada pela venda do artesanato e a doação de material escolar (livros, cadernos, lápis etc.) e de dinheiro para a escola da comunidade.

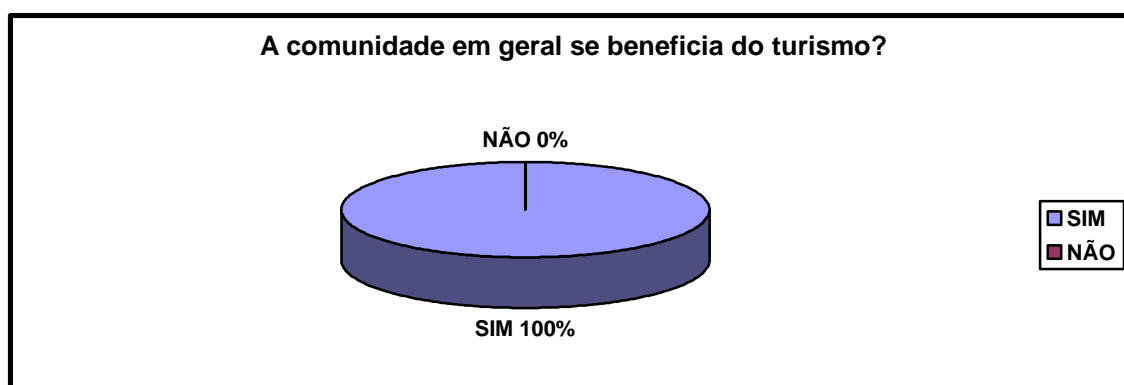


Gráfico 11 B – O turismo gerando benefícios para a comunidade. – C. São Tomé

A partir daí, podemos inferir que o ecoturismo não deve consistir na única fonte de renda de todas as famílias, mas sim, em uma atividade complementar e paralela às formas tradicionais de subsistência. Assim, indiretamente, todas as famílias seriam beneficiadas por uma circulação maior de recursos, através da diversificação da economia.

A produção de farinha e tapioca, ora parada, e a produção e comercialização dos produtos agrícolas, por exemplo, poderiam ser revigorados. Profissões praticamente inexistentes hoje, devido à baixa circulação de dinheiro na comunidade, como costureira, manicure, pedicure, cabeleireiro, padeiro (mesmo que artesanal), poderiam ser incentivadas e incrementadas paralelamente às fontes de renda tradicionais, assim como o ecoturismo, que

no caso dessas comunidades depende das visitas dos grupos de turistas que são trazidos pelos hotéis.

Dessa forma, além da melhoria da qualidade de vida dos próprios comunitários, os visitantes, aí sim, teriam a oportunidade de conhecer a realidade da vida do “caboclo”, aquele que vive do trabalho de suas próprias mãos, que fabrica farinha e tapioca, que planta e colhe, que pesca, mas que também fabrica artesanato original e que recebe bem os turistas.

3.2.3 A gestão do ecoturismo e a participação da comunidade na tomada de decisões

Os projetos mencionados anteriormente, de acordo com os relatos, causaram grande impacto no início, e apresentaram o ecoturismo como a solução para os problemas das populações entrevistadas. Foram realizados treinamentos sobre como receber turistas, sobre o que os turistas esperam encontrar etc., mas não tiveram continuidade e também não prepararam as pessoas da própria comunidade para exercer cargos de liderança no turismo, e tampouco para se organizarem no sentido de serem capazes de tomar decisões, participar das decisões. Em nenhuma das comunidades existe pessoas que exerçam cargos de liderança no turismo. Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, D. Marlene se destaca na liderança, e procura se envolver na questão e fazer o que é possível, mas oficialmente “não representa os interesses de toda a comunidade”. (COMUNITÁRIOS, 2006)

Assim, ficou a cargo dos empresários o controle sobre o planejamento e a prática da atividade turística, resultando em uma relação de subserviência das comunidades em relação aos hotéis. De um lado estão os empresários, que trazem e conduzem os turistas, e impõem condições para levar os turistas para a comunidade A ou para a comunidade B. Do outro lado estão as comunidades, que sem a organização e o preparo devido, esperam ansiosamente que

os turistas cheguem, na esperança de que desta vez, eles deixem algum lucro. Dá-nos a impressão de que são “reféns” da forma como a atividade vem sendo praticada.

Sachs (2001) destaca a importância da “gestão negociada dos recursos” para o sucesso do ecoturismo sustentável. É o planejamento participativo, do qual devem participar todos os setores da sociedade envolvidos na atividade, neste caso seriam os próprios comunitários, em primeiro lugar, os líderes políticos e os empresários. No entanto o que se observa é muito diferente. As comunidades são excluídas das decisões, como indica o gráfico 12, que expressa a opinião dos comunitários sobre essa questão. Prevalece nas duas comunidades a opinião de que as comunidades não participam das decisões.

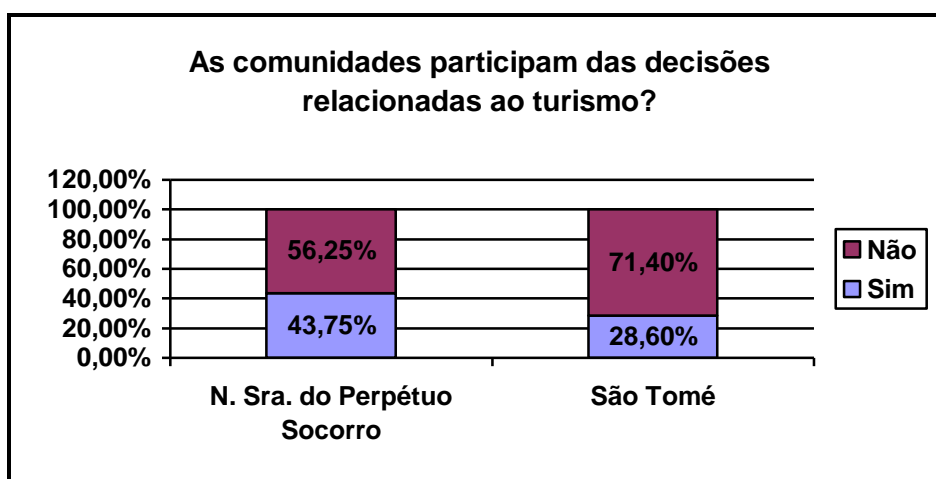


Gráfico 12 – Participação das comunidades nas decisões relacionadas ao turismo.

Foi questionado ainda se acontecem reuniões ou encontros entre os diversos atores envolvidos no ecoturismo. Na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro 100% dos entrevistados responderam **não, nunca houve**. Na comunidade São Tomé as respostas variam um pouco, mas o resultado é semelhante, de acordo com o gráfico 13.

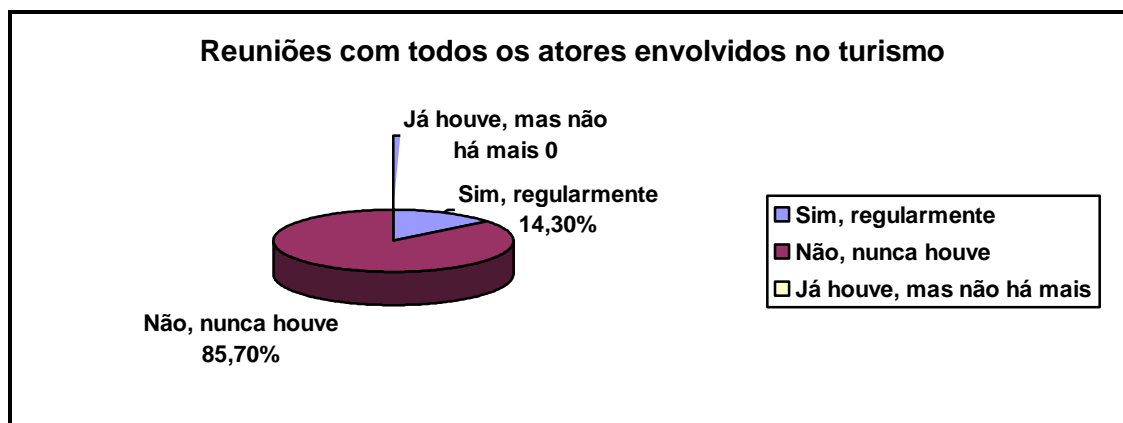


Gráfico 13 – Realização de reuniões com todos os atores envolvidos no turismo – C. São Tomé.

Um dos comunitários fez um comentário que expressa bem a condição de dependência de sua comunidade ao turismo: “a senhora, sabe, né? onde não entra nada, o que entra é lucro” – referindo-se à circulação de dinheiro na comunidade. Essa declaração nos remete a Sachs (2004, p. 38), que destacou que as vítimas do desenvolvimento desigual, “quando desempregadas, descobrem que pior que ser explorado é não ser sequer explorado”. Explorado, aqui, se refere ao fato de que apesar de sua importância no contexto turístico, as pessoas não têm seu valor reconhecido, e sua mão-de-obra é depreciada.

Além disso, há os que são “explorados” e não têm conhecimento disso. Isso pôde ser constatado através da análise dos discursos dos comunitários quando lhes foi questionado sobre o que o turismo trouxe/traz de bom, e o que ele trouxe/traz de ruim para a comunidade. A lista dos benefícios é extensa, com destaque para a questão da renda, mas quando se trata dos prejuízos, faltam argumentos. A tabela abaixo (tabela 8) apresenta a opinião dos entrevistados sobre os pontos positivos do turismo em cada uma das comunidades.

COMUNIDADE N. SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO	COMUNIDADE SÃO TOMÉ
Alegria.	Renda através da venda de artesanato.
Contato com outras culturas.	Gorjeta para os moradores.
A oportunidade de mostrar a cultura local para os visitantes.	Doações de dinheiro e material escolar para a escola, combustível, roupas, brinquedos etc.
Preservação da cultura e do meio ambiente.	-
Ajuda material e financeira.	-
Mais organização.	-
Renda extra.	-
Geração de empregos.	-
“Não sei, porque os turistas passam direto para um determinado estabelecimento”.	-
Melhoria de vida.	-
Nada.	-

Tabela 8 – Pontos positivos do turismo nas duas comunidades
Fonte: Pesquisa de campo, 2006

O gráfico 14 apresenta a posição dos entrevistados em relação aos pontos negativos do turismo na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

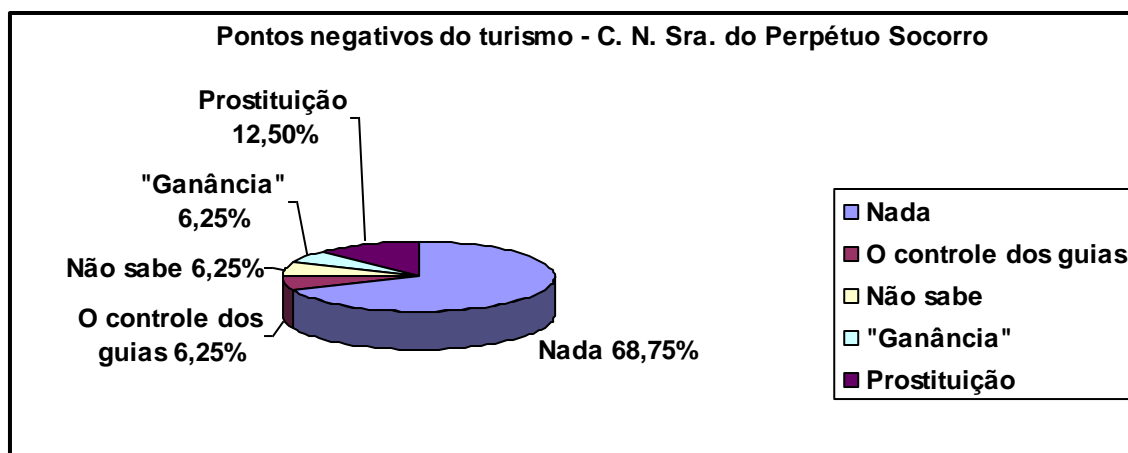


Gráfico 14 – Pontos negativos do turismo – C. N. Sra. do Perpétuo Socorro.

Dos comunitários entrevistados, 68,75% responderam que o turismo não trouxe/traz NADA de ruim para a comunidade; 12,5% apontaram a prostituição como algo negativo trazido pelo turismo – há turistas que procuram por mulheres da região, mas isso é repudiado

na comunidade; 6,25% destacaram a ganância – segundo estes, o crescimento da atividade gerou ganância em muitas pessoas, causando discórdia e competição entre os moradores, o que dificulta a organização da comunidade em torno do bem comum. Os 6,25% que citaram o “controle dos guias” como um ponto negativo, se referem ao fato de que os guias “controlam” as visitas conduzindo os turistas aos locais de sua preferência, motivados ou por amizade, ou pelas comissões que recebem sobre o que é consumido nos estabelecimentos.

Na comunidade São Tomé todos os entrevistados responderam que o turismo não trouxe/traz NADA de ruim para a comunidade.

Outro ponto de destaque é o que Fennell (2002) chama de “falsa representação da cultura”, onde as atrações são criadas e transformadas para satisfazer às expectativas e demanda dos visitantes, visando a comercialização dos produtos. Krippendorf (2001) também faz referência a esta tendência como um dos impactos mais notáveis do turismo sobre os valores sociais tradicionais: “fragmentação cultural, que consiste na transformação das para agradar aos turistas e favorecer sua comercialização”.

Ao invés do visitante entrar em contato com a “cultura do caboclo”, o que ele vê é uma “encenação”, algo que não condiz com o cotidiano e com a realidade daquele povo.

Para satisfazer às exigências dos hotéis e a demanda dos turistas, os comunitários muitas vezes criam atrações não características, que não expressam a realidade daquelas pessoas. Por exemplo: se a “casa da borracha” atrai e interessa ao turista, então toma-se uma pessoa da comunidade que faça este “papel”, como se fosse seringueiro há muitos anos. E os guias têm uma parcela de participação, pois dão informações que não são verdadeiras, na tentativa de impressionar e comover os visitantes, até para que estes façam doações à comunidade.

3.2.4 A influência do ecoturismo sobre o modo de vida de comunidades locais

Os pontos negativos destacados acima, a dependência das comunidades em relação à atividade, a falta de participação das comunidades na tomada de decisões e a fragmentação cultural, dizem respeito à sustentabilidade social, que se apresenta mais frágil que a sustentabilidade ambiental.

As duas comunidades apresentam curta experiência na atividade turística. Além disso, os fatores limitantes do número de visitantes contribuem para a relativa conservação dos recursos naturais.

Ao considerarmos os quatro estágios principais a serem considerados na avaliação dos sentimentos locais em relação à indústria do turismo (Doxey, apud Krippendorf, 2001), podemos afirmar que a comunidade São Tomé se encontra no primeiro estágio, o de euforia, onde os turistas são bem-vindos, e há pouco controle da atividade; já a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro estaria enquadrada entre os dois primeiros estágios, o de euforia e o de apatia; é difícil classificar por que nesta comunidade, onde o turismo é praticado há mais tempo, existem sentimentos opostos entre os comunitários. Se por um lado há a euforia por visitantes, por outro os turistas são tolerados por alguns e a relação é mais formal ou comercial.

As comunidades estudadas ainda não apresentam danos ambientais graves decorrentes da atividade turística, como poluição de diversas formas, perda de habitats e degradação da paisagem. Os danos aos recursos naturais observados, como a extração ilegal de madeira, são causados pelos próprios residentes.

Não existem turistas/visitantes instalados na comunidade, que possuam propriedades ou estabelecimentos comerciais.

Considerando a existência de áreas naturais e a conservação ambiental como fatores essenciais à atividade ecoturística, foi questionado aos comunitários se a renda gerada pelo turismo é suficiente para motivar a comunidade a proteger a natureza. Na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro os resultados foram os seguintes (gráfico 15A): 81,25% responderam que NÃO, que é mais benéfico retirar madeira, por exemplo. Os 6,25% que responderam que NÃO SABEM são aqueles que não são beneficiados pelo turismo, mesmo. E apenas 12,5% responderam SIM, a renda é suficiente para motivar a comunidade a proteger a natureza. Estes últimos justificaram sua resposta devido à questão da limpeza da comunidade – “o turista gosta de ver o lugar limpo e organizado, não pode ter lixo espalhado...”.

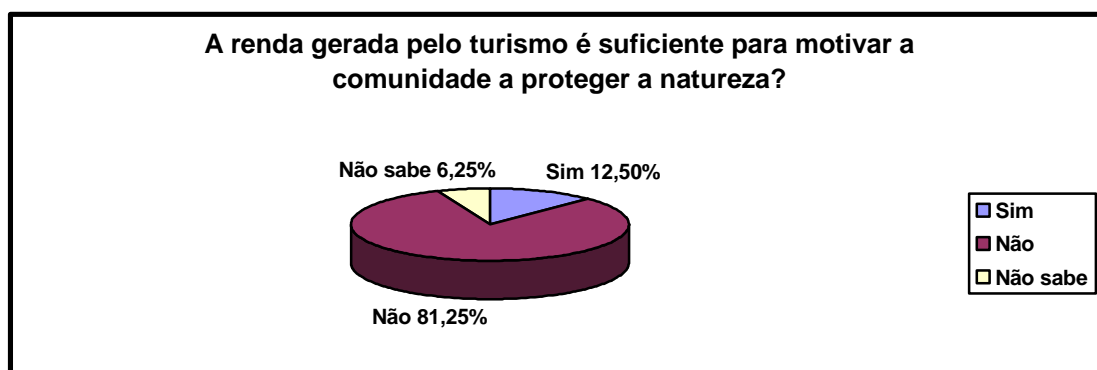


Gráfico 15A – A renda gerada pelo turismo como fator de motivação para a proteção da natureza – Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Na comunidade São Tomé (gráfico 15B), a maior parte dos entrevistados, 71%, também respondeu que a renda gerada pelo turismo não é suficiente para motivá-los a proteger a natureza.

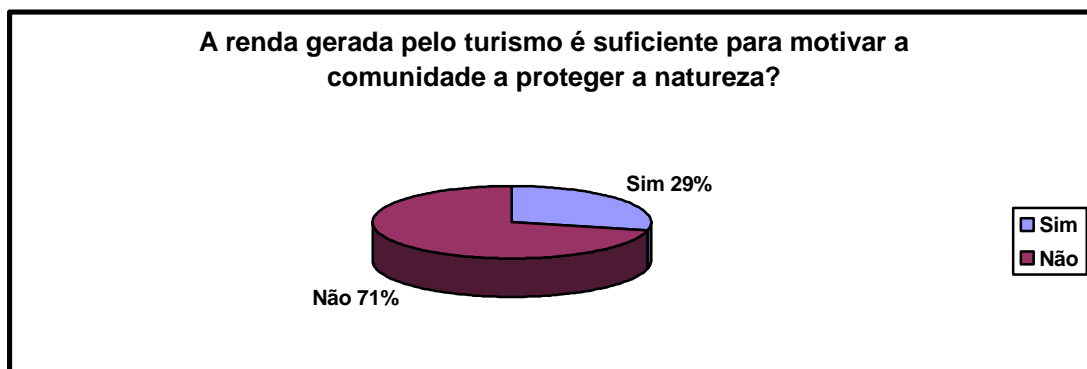


Gráfico 15B – A renda gerada pelo turismo como fator de motivação para a proteção da natureza – Comunidade São Tomé

3.2.5 A questão do emprego

Em relação à questão do emprego, foram feitos aos comunitários questionamentos sobre a renda gerada pelo turismo, o volume de emprego oferecido pelos hotéis, os cargos ocupados pelos comunitários nos hotéis, as condições de trabalho, a remuneração e a qualificação necessária para a ocupação desses cargos.

Ao serem questionados sobre o volume de turismo atual, 81,25% dos entrevistados na comunidade 1 responderam que esse volume não é suficiente para gerar uma renda satisfatória, enquanto 12,5% responderam que o volume de turismo atual gera sim, uma renda satisfatória (Gráfico 16 A). Considerando a amostra estudada e as características do turismo nesta comunidade, aqueles que responderam SIM correspondem àquela minoria da população ou que se beneficia mais diretamente do turismo, ou que tem outra fonte principal de renda.

Já na comunidade 2 (gráfico 16 B), 100% dos entrevistados responderam que o volume atual de turismo não gera uma renda satisfatória.

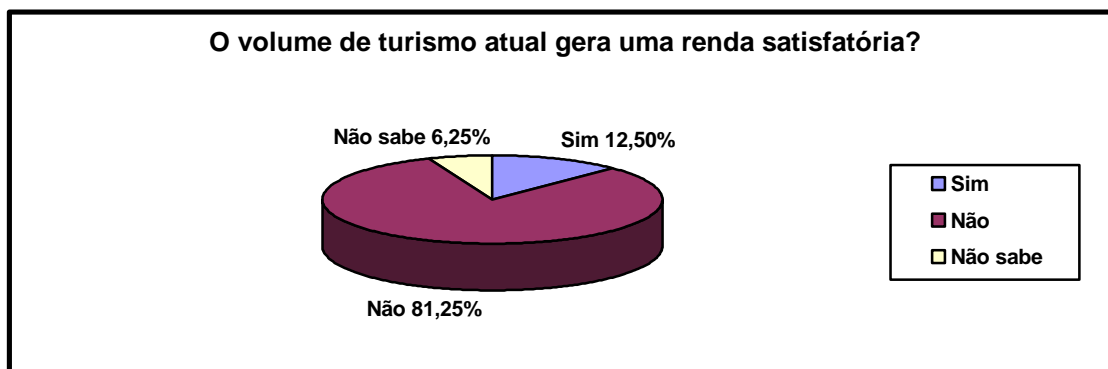


Gráfico 16 A – O volume de turismo atual gerando uma renda satisfatória. – Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

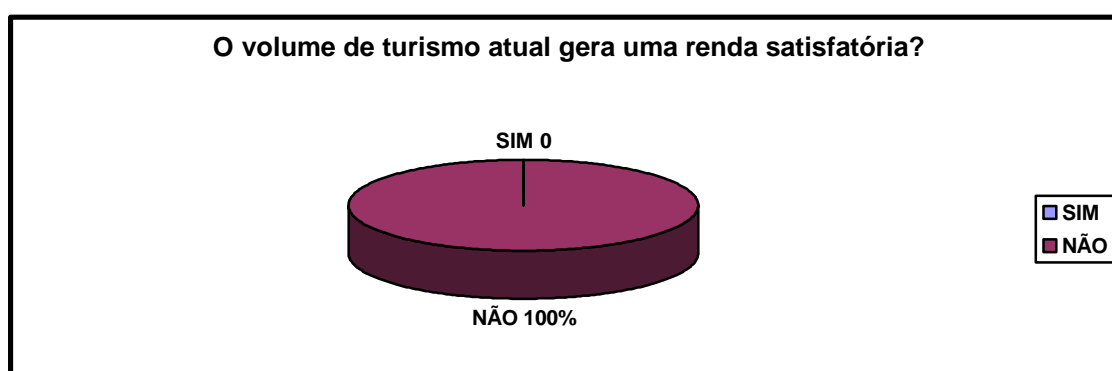


Gráfico 16 B – O volume de turismo atual gerando uma renda satisfatória. – Comunidade São Tomé

Considerando que o turismo nessas comunidades está diretamente relacionado à atividade hoteleira, foi investigada a dinâmica entre os hotéis locais e a geração de empregos²⁵. É fato que os hotéis oferecem oportunidades aos comunitários, conforme demonstrado nos gráficos 17 A e 17 B, correspondendo a um total de 81,25% na comunidade 1, e 57,1% na comunidade 2.

²⁵ Trata-se, aqui, de empregos diretos, ou seja, as pessoas que trabalham nos hotéis.

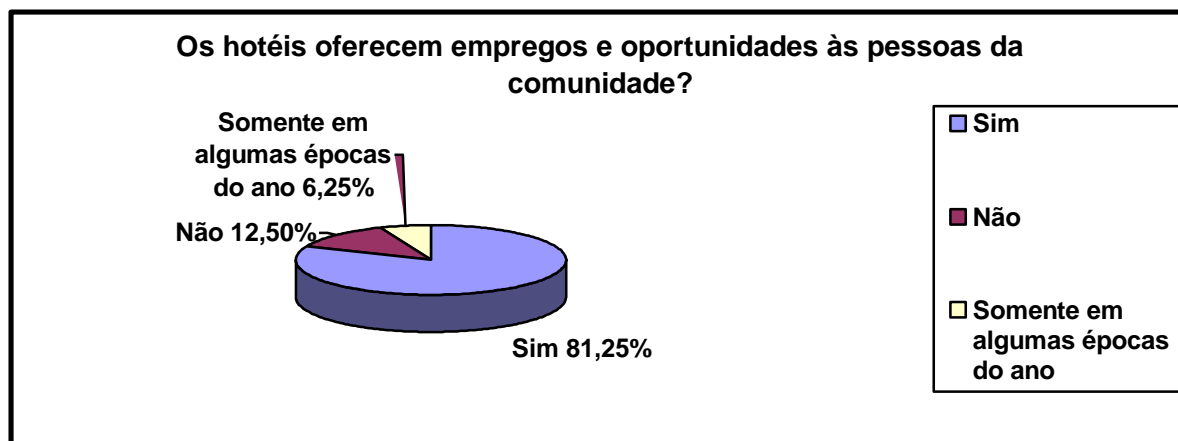


Gráfico 17 A – A oferta de empregos e oportunidades nos hotéis para as pessoas da comunidade. – Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

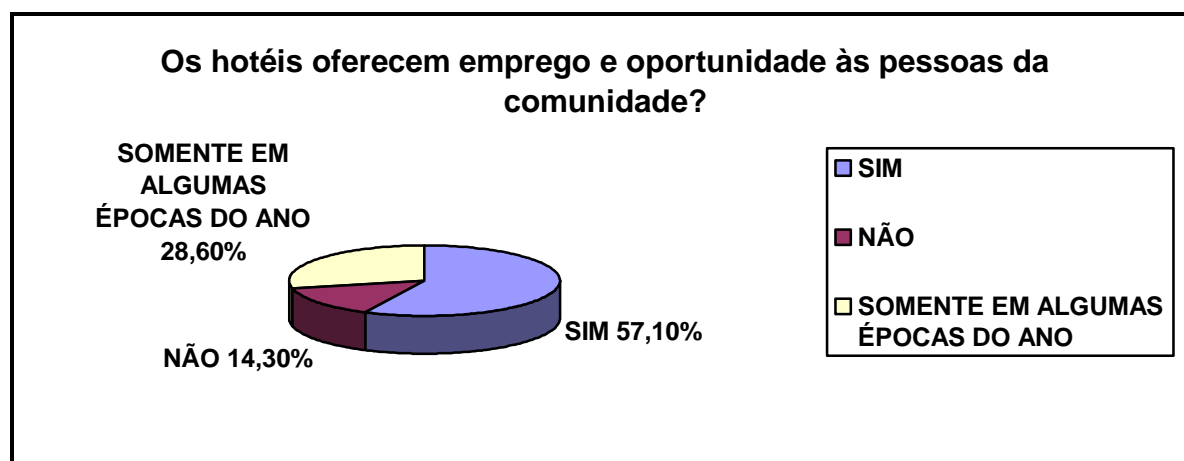


Gráfico 17 B – A oferta de empregos e oportunidades nos hotéis para as pessoas da comunidade. – Comunidade São Tomé

Os cargos ocupados nos hotéis pelas pessoas da comunidade 1 são: cozinheiro e auxiliar de cozinha, camareira/copeira, barqueiro, garçom e carpinteiro; na comunidade 2, os cargos ocupados são de barqueiro e carpinteiro (Tabela 9). Vale destacar que na maioria dos casos esses empregos são temporários, em regime de diária, e sem vínculo empregatício. Na comunidade 2, por exemplo, foi constatado que há somente 01 (uma pessoa) efetivamente empregada em um dos hotéis locais.

COMUNIDADE N. SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO	COMUNIDADE SÃO TOMÉ
Cozinheiro/auxiliar de cozinha	Barqueiro
Camareira/copeira	Carpinteiro
Barqueiro	-
Garçonete	-
Carpinteiro	-

Tabela 9 – Cargos ocupados pelas pessoas das comunidades nos hotéis locais.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Há alguns pontos-chave que devem ser levados em consideração na análise da qualidade do emprego:

A sazonalidade é uma característica da atividade turística que vai refletir diretamente na oferta de empregos; não só no volume de empregos, mas também na remuneração.

Os cargos ocupados pelas pessoas das comunidades são, de forma geral, cargos que não exigem muita qualificação profissional, e sim habilidades que são adquiridas na própria comunidade, ou que são repassadas de pai para filho, como barqueiro, por exemplo. Os cargos mais elevados são ocupados por pessoas da capital e até de outros estados do país, com nível de instrução (educacional) mais elevado. De acordo com os dados obtidos, cozinheiros, camareiras e garçonetes são treinados pelos próprios hotéis. Além disso, há alguns anos foram oferecidos cursos de artesanato e carpintaria (entalho em madeira) nas comunidades, o que deu a muitos comunitários a oportunidade de se enquadrar no mercado de trabalho.

Foi perguntado em cada comunidade, conforme demonstram os gráficos 18 A e 18 B, se as condições de trabalho nesses empregos são boas. Nas duas comunidades, a maioria que respondeu que NÃO SABE corresponde àquelas pessoas em cuja família não há ninguém empregado nos hotéis. Dos demais, na comunidade 1, os entrevistados se mostraram divididos em relação a esse quesito (12,5%). Na comunidade 2, no entanto, todos os demais (29%) responderam que as condições de trabalho são boas. A comunidade 2 apresenta sempre um nível de exigência menor do que o apresentado na comunidade 1, o que se deve ou às

dificuldades enfrentadas por essa comunidade, que são mais severas, ou ao estágio em que ela se encontra em relação ao turismo, no qual tudo parece bom, e eles não se sentem no direito de fazer reivindicações/ “reclamações”.

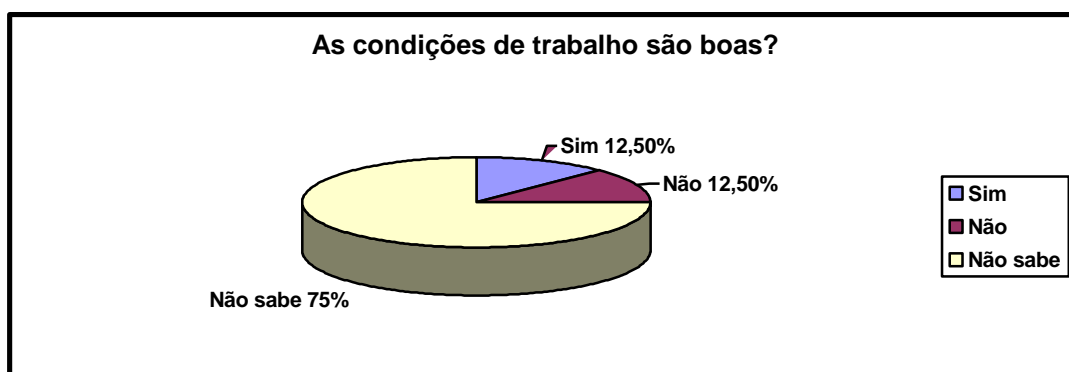


Gráfico 18 A – Condições de trabalho. – Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.



Gráfico 18 B – Condições de trabalho. – Comunidade São Tomé.

O termo “condições de trabalho” pode representar conceitos completamente diferentes, dependendo do contexto de cada indivíduo. De acordo com a proposta deste estudo, boas condições de trabalho envolvem remuneração adequada, jornada de trabalho justa, regime de folgas, registro profissional e benefícios trabalhistas.

Para a maioria dos entrevistados, no entanto, “boas condições de trabalho” significa a garantia do salário e da sobrevivência da família. Ainda assim foi possível identificar,

através da observação direta, algumas características dessa relação de trabalho praticada entre os comunitários e os hotéis:

- Como já foi tratado anteriormente, a maioria dos empregos é temporário, ou seja, depende do fluxo e volume de turistas nos hotéis. Quando há necessidade as pessoas são contratadas, e na baixa estação muitas são dispensadas de suas funções.
- Muitos funcionários seguem um regime de diárias, ou seja, carpinteiros e diaristas, por exemplo, são contratados quando há necessidade, para fazer um determinado serviço.
- Há casos de salários/ pagamentos atrasados até há meses.
- A jornada de trabalho dos funcionários é longa, e é sujeita à necessidade do hotel. Há funcionários que passam até 25 (vinte e cinco) dias ininterruptos no hotel sem ver a família, principalmente aqueles que moram em comunidades mais distantes. Devem estar à disposição para o caso de festas no hotel, passeios noturnos, focagem de jacaré etc.

Em relação à remuneração, foi perguntado se o pagamento/ salário por esses empregos é suficiente para manter a família. Em ambas as comunidades, os dados obtidos nesse quesito são semelhantes àqueles obtidos quando perguntado sobre as condições de trabalho (gráficos 19A e 19B).

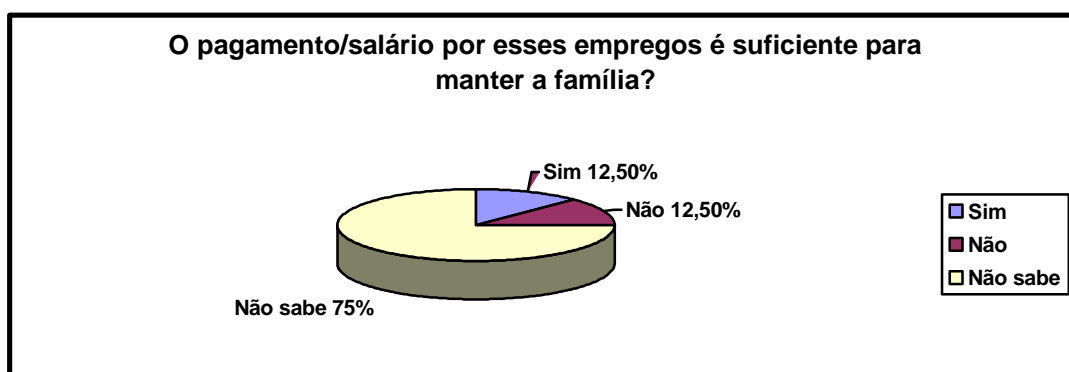


Gráfico 19 A – Suficiência salarial para a manutenção da família. – Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Gráfico 19 B – Suficiência salarial para a manutenção da família. – Comunidade São Tomé.

3.2.6 Sugestões para uma atividade turística mais sustentável para as comunidades

Por fim, os comunitários foram questionados sobre o que poderia ser feito, ou o que precisava mudar para que o ecoturismo oferecesse mais benefícios para as comunidades. A tabela 10 apresenta as sugestões dos comunitários sobre as mudanças necessárias, tomando como referência suas próprias necessidades e seu ponto de vista.

COMUNIDADE N. SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO	COMUNIDADE SÃO TOMÉ
1. Maior fluxo de turistas.	16. Maior união da comunidade pelo bem comum.
2. Pagamento de uma taxa para ajudar a comunidade.	17. Mais organização da comunidade.
3. O turista deve ficar mais à vontade, sem a interferência dos guias – deixar o turista à vontade para entrar onde quiser; visitar os lugares que desejar.	18. Maior fluxo de turistas.
4. Treinamento para a comunidade receber os turistas.	19. Uma liderança mais atuante na comunidade.
5. Uma feira para todos se beneficiarem com o turismo, e não somente algumas pessoas.	20. Mais diálogo/ negociação com os hotéis.
6. Mais união e organização da comunidade pelo bem comum.	-
7. Criação de uma associação de turismo.	-
8. A liderança do turismo pela comunidade.	-
9. Convênio/parcerias da comunidade com os hotéis.	-
10. Guias da própria comunidade para conduzir os turistas no local.	-
11. Geração de mais emprego na comunidade.	-
12. Criação de um atelier para empregar as artesãs.	-
13. Criação de um hotel comunitário, onde os comunitários seriam os guias, os canoieiros etc.	-
14. Um projeto que contemplasse as reais necessidades da comunidade.	-
15. Oficinas profissionalizantes financiadas/patrocinadas pelos hotéis e/ou turistas.	-

Tabela 10 - Sugestões para que o turismo traga mais benefícios para as comunidades.²⁶

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Associados ao conhecimento teórico e científico, os conhecimentos dos comunitários, decorrentes de sua vivência e de suas experiências, são essenciais para a elucidação de questões relacionadas à tomada de decisões na gestão do ecoturismo.

²⁶ Muitas sugestões foram recorrentes em uma mesma comunidade, ou seja, vários comunitários deram as mesmas sugestões, então optou-se por não repeti-las, mas a observação é importante pois indica que algumas inquietações são coletivas.

Para facilitar essa análise, as sugestões foram relacionadas a alguns pontos-chave, permitindo a compreensão das reais necessidades dessas populações, e revelando uma estreita relação entre teoria e prática. As sugestões da tabela foram enumeradas para facilitar sua identificação no decorrer do texto. As sugestões de 1 a 15 foram obtidas na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro, e as sugestões de 16 a 20 foram obtidas na comunidade São Tomé.

1º) Uma questão comum entre os dados obtidos nas duas comunidades foi a necessidade de um maior fluxo de turistas, o que se origina na “dependência” das comunidades em relação ao turismo. É importante entender, em primeiro lugar, que este é um aspecto que foge do controle dos comunitários e até mesmo, em certo grau, dos hotéis, pois o ecoturismo é uma atividade sujeita a vários fatores exógenos, como estação do ano, cotação do dólar, segurança aérea, fatores econômicos etc. Em segundo lugar, qualquer plano de gestão do ecoturismo deve contemplar o princípio de que esta é uma atividade naturalmente sazonal, e que, portanto, não deve ser planejada como a principal ou a única atividade econômica de uma comunidade, como já foi discutido nos capítulos anteriores deste trabalho.

2º) Ao mesmo tempo em que os comunitários compartilham o desejo de ter um controle maior sobre a atividade turística, sentem a necessidade de ser conduzidos, orientados, ensinados sobre como implementar suas idéias. Essas duas afirmações podem ser comprovadas, por exemplo, pelas sugestões 8 e 4, respectivamente.

Em relação à necessidade de orientação da própria comunidade para a gestão do ecoturismo, o Sr. Sabá, 62 anos, agricultor e um dos fundadores da comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro destaca:

Falta um conhecimento nosso de como explorar o turismo aqui, o ecoturismo. Eu não sei explorar, mas alguém que pode nos ajudar, a gente vai tirar, sem ofender o ambiente, sem destruir. O turismo podia trazer mais coisa pra nós, mas se tivesse assim, um aprimoramento de nós, cabocos, né?

Dando seqüência, ele ainda nos diz:

[...] tem a necessidade de fazer um treinamento com nós, como é que nós vamos fazer uma caminhada, fazer uma trilha ... só se fala em fazer, mas executar não executa. Então eu acho que falta mais interesse, né? O turismo, sabendo explorar, deve dar pra gente, né? por que é o grande anseio do povo mundial. E eu espero, embora que não seja na minha geração, mas na geração dos meus filhos, netos. [...] a gente quer um projeto pra hoje, não é pra amanhã.

Em suas declarações sobre a necessidade de treinamento dos comunitários, Sr. Sabá faz uma referência aos projetos dos órgãos públicos de turismo que, conforme já foi tratado neste capítulo, não tiveram continuidade e não prepararam a comunidade para ser independente no que diz respeito à gestão do turismo: “só se fala em fazer, mas executar não executa”, e ainda “e eu espero, embora que não seja na minha geração, mas na geração dos meus filhos, netos. [...] a gente quer um projeto pra hoje, não é pra amanhã” (Sr. Sabá, COMUNITÁRIO, 2006).

De acordo com os princípios estabelecidos pela OMT (1994)²⁷ para o desenvolvimento do Turismo sustentável, as políticas locais devem incluir, entre outras medidas, o incentivo para que a população local assuma cargos de liderança no planejamento e desenvolvimento, com a ajuda do governo, empresas, instituições financeiras e outros.

3º) As sugestões 6, 16 e 17 apresentam dois fatores indispensáveis ao planejamento e implementação da atividade ecoturística: união e organização dos próprios comunitários em favor da coletividade. Deve-se considerar que, mesmo aqueles comunitários que não sejam

²⁷ Conforme citado no capítulo 1 deste trabalho.

beneficiados diretamente pela atividade, serão, sim, atingidos positivamente pelo desenvolvimento²⁸ da comunidade, através da circulação de renda e das melhorias de infraestrutura, por exemplo.

4º) Associação com os demais atores ligados ao ecoturismo – hotéis, agências de turismo, órgãos públicos ligados ao turismo. Isso pode ser comprovado pelas sugestões 9 e 20. Os comunitários reconhecem que não é possível desenvolver o ecoturismo sem essa interação. Essa associação, entretanto, deve favorecer um pouco mais as necessidades e os pontos de vista da comunidade (sugestão 14 da tabela acima), como vai ser discutido mais amplamente no próximo ponto.

Vieira e Sachs abordam essa questão. O primeiro autor destaca a importância da democracia na tomada de decisões e na negociação de interesses divergentes, e destaca ainda que na maioria das vezes as populações locais são excluídas das decisões, e suas necessidades, portanto, não são consideradas. O segundo autor chama esse inter-relacionamento entre os diversos setores da sociedade de “gestão negociada”, através da qual é possível alcançar o desenvolvimento sustentável a partir do aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos e da identificação das necessidades dessas sociedades.

5º) As sugestões 3, 10 e 13 estão, sob o ponto de vista do pesquisador, entre as mais reveladoras. Demonstram consciência coletiva sobre a questão da mais valia dos hotéis de selva sobre os próprios comunitários. Pressupõem uma participação maior dos comunitários na condução dos turistas visitantes, baseada no conhecimento profundo da comunidade, nas vivências e nas experiências daqueles que são “filhos” da comunidade; é algo que não poderia

²⁸ Entenda-se por desenvolvimento “[...] uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2004, p. 13). Implica a reparação das desigualdades, o aumento das oportunidades de emprego e a redução da pobreza. Isso vai além da mera multiplicação da riqueza material. (SACHS, 2004)

ser ‘ensinado’ ou ‘aprendido’ por outras pessoas sem que se perdesse muito de sua riqueza e de sua magia.

Para ilustrar essa questão, segue um trecho do depoimento do Sr. Sabá:

Eu sei, eu sei andar na mata, eu conheço todas as madeiras, os paus, os cipós d’água, os paus que servem na medicina, que tem muito na mata, enquanto muitos só conhecem nos livros, né? e nós aqui sabemos andar pelo igapó, pelas matas, conhecer os insetos que picam e dizer o que é, né? e muitas coisas que tem da nossa convivência de muitos anos através de nossos pais ... como pegar, como capturar um peixe, uma cobra ...

Ora, o turista vem à comunidade para conhecer “a vida do caboclo”. Os comunitários, por sua vez, acreditam que sua participação pode enriquecer essas visitas através do contato direto com o visitante e do compartilhamento dos seus conhecimentos. Esta é também, uma nova forma de inserção dessa comunidade na atividade ecoturística, na qual o morador local tem um controle maior da atividade; ele participa, contribui, trabalha, produz.

O Sr. Sabá conclui seu depoimento falando da forma como as visitas à comunidade são conduzidas hoje, e exemplifica como ele mesmo poderia, como “caboclo” (Assume, orgulhoso!), contribuir para o enriquecimento dessas visitas.

O turista, ele já vem da empresa com tudo escrito na cabeça dele. Ele vai lá naquela comunidade e já sabe tudo contado por outras pessoas, e ele chega aqui e não conversa com o caboclo daqui. Porque tem muito turista que ele quer conversar comigo, ele quer conhecer o caboclo mais velho da região pra saber a história da sua comunidade; e os guias não deixam, passa direto pro comércio. O turista até olha, quer conversar com a gente..., por exemplo, uma história dessa castanheira aí (apontando para a castanheira em frente a sua casa) eu sei contar porque eu sei a idade dela²⁹. Essa castanheira aí, quando a minha mãe criava porco, na época, né? ‘os porco’ andavam ‘na vadia’, né? no cio que chamam, e nesse tempo só tinha a nossa casa, a do meu irmão e da minha mãe, eu não era nem casado, nos anos 50 mais ou menos [...], aí a onça pegou debaixo dessa castanheira, eu me lembro ‘benzinho’, se eu tô com 62 anos, essa castanheira tem mais ou menos uns 57 anos ou 60, ela era baixinha, aí onça pegou o porco bem aí debaixo. Essa história vocês do turismo não sabem! Aí ela saiu arrastando o porco por aí, a gente escutava ‘benzinho’. A minha mãe tinha uma crença no Divino Espírito Santo, ela confiava muito, e rezava, e ensinou muito a nós a acreditar em Deus [...], e de manhã reuniram o pessoal e foram atrás do porco e da onça. Chegaram lá naquela castanheira (apontando para outra castanheira), lá, onde tem aquelas casas ali tudo era mato; aí acharam o porco lá, com o queixo quebrado. E a onça não levou, não! Minha mãe disse que pediu para o Divino Espírito Santo que ele fizesse a onça

²⁹ Durante esse relato, Sr. Sabá demonstra orgulho do seu conhecimento, pelas histórias que tem para contar.

deixar o porco lá. Essa castanheira tem uns 70 anos. É uma história que eu conto dessa castanheira que ninguém conta, só eu.

6º) As demais sugestões (criação de um atelier, oficinas profissionalizantes, criação de uma feira, e de uma associação de turismo, e o pagamento de uma taxa de visitação) podem e devem ser levadas em consideração, desde que estejam de acordo com os pontos relacionados anteriormente, e como parte integrante de um plano inter-setorial de ecoturismo de longo prazo, que envolva os aspectos econômico, social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo está inserido em um conceito mais amplo que é o do desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe o crescimento econômico assentado sobre a solidariedade, igualdade, compartilhamento de responsabilidades, justiça social e conservação dos recursos da biosfera que possibilitam tal crescimento. É necessário crescer economicamente, sim, mas reparando as desigualdades, aumentando as oportunidades de emprego decente para todos os indivíduos, reduzindo a pobreza, sem, contudo, comprometer os recursos naturais essenciais à nossa sobrevivência e à das gerações futuras. Trata-se de uma grande negociação de interesses e objetivos distintos, mas que devem convergir para um mesmo fim: o bem-estar de todos.

Diante dos diversos desafios à viabilização do ecoturismo (que é sustentável por definição, não há como ser de outra forma), este estudo revelou seu distanciamento dos seus princípios, um distanciamento entre a teoria e a prática no que diz respeito aos aspectos gerencial, social e econômico.

Muitos projetos chamados de ecoturísticos, na verdade não o são. E isso não se deve a características físicas, geográficas ou sociais, e sim a questões políticas³⁰ (não necessariamente partidárias) que comprometem o sucesso da atividade e o bem-estar de sociedades inteiras. Isso para não citar os danos ecológicos decorrentes de uma atividade mal concebida e mal planejada.

As comunidades estudadas, assim como toda a região, são detentoras de um grande potencial ecoturístico. São riquezas indescritíveis: uma paisagem encantadora, rios e florestas, cultura, culinária; além disso existem equipamentos adequados³¹, mão-de-obra local e

³⁰ Referem-se, aqui à forma de conduzir, governar, dirigir um povo ou sociedade. Diz respeito à organização, às negociações e à forma de conduzir as relações sociais econômicas e políticas.

³¹ Termo turístico que se refere aos hotéis. Não cabe, neste momento, discutir a adequação ou não desses equipamentos às normas de conservação ambiental.

demanda, ou seja, não faltam pessoas interessadas em conhecer e ‘proteger’ a Amazônia. Dá-nos a impressão de que o ecoturismo já está lá, mas ainda não foi descoberto, de fato.

O estudo dessas comunidades permitiu conhecê-las e caracterizar a prática do ecoturismo na qual estão inseridas. Considerando os resultados apresentados e analisados no capítulo anterior percebe-se que a atividade ecoturística, da forma como vem sendo conduzida, não tem favorecido as comunidades locais tanto quanto se propõe.

Considerando os objetivos propostos neste trabalho, foi possível fazer algumas constatações que serão tratadas a seguir.

Não existe um plano estratégico real e efetivo de ecoturismo. Essa afirmação se deve à própria falta de informação da comunidade e pela forma como a atividade é desenvolvida. As primeiras iniciativas nesse sentido envolveram oficinas, cursos profissionalizantes, minicursos sobre turismo, mas não tiveram continuidade, deixando a comunidade com uma sensação de fracasso naquilo que eles, na verdade, não foram preparados para executar sozinhos. Esse plano, que é de responsabilidade dos órgãos públicos de turismo, é comprometido pela burocracia, pelas divergências de interesses políticos e econômicos (o que causa um entrave na implementação das estratégias), e muitas vezes pela falta de preparo e de capacitação necessária àqueles que ocupam os cargos de gestão do turismo.

A comunidade não participa efetivamente das decisões relacionadas ao ecoturismo, e por isso suas necessidades não são consideradas, e o diálogo entre os diversos setores envolvidos (comunidade, empresários e governo) é deficiente devido aos interesses antagônicos.

Os interesses econômicos se sobrepõem aos demais, também da parte dos próprios comunitários, que vêem no ecoturismo sua fonte de renda. Essa dependência econômica compromete o bem-estar dessas comunidades, seu sustento e a preservação de sua cultura. Ao

invés de estarem sujeitos a uma única atividade, eles têm condições de ser produtivos e independentes.

A partir dessas constatações é possível inferir que o ponto crítico do ecoturismo em comunidades locais amazônicas é, do ponto de vista deste estudo, o planejamento. Somente através de um planejamento multidisciplinar será possível alcançar o máximo de benefícios do turismo, fazer um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos, e mitigar quaisquer efeitos nocivos da atividade, seja no aspecto social, no econômico ou no ecológico. É a etapa mais complexa e árdua do processo, pois consiste em administrar toda a complexidade da interdisciplinaridade, integrando fatores socioeconômicos, culturais, políticos e ambientais, e negociando interesses antagônicos.

Seguem abaixo algumas sugestões que devem contribuir para a elaboração de um plano estratégico de ecoturismo, considerando a realidade das populações amazônicas. Essas sugestões são resultado do cruzamento das informações obtidas com o levantamento bibliográfico e dos dados obtidos através da pesquisa de campo. Para a implantação de uma atividade ecoturística voltada aos princípios da sustentabilidade, é necessário que seu planejamento envolva alguns princípios:

- O tempo estipulado deve ser maior do que o que é estipulado tradicionalmente, pois planejar, tomar decisões e implantar estratégias relacionadas a uma comunidade não é algo imediato, deve envolver as etapas de planejamento, operação e avaliação das estratégias através da análise dos resultados obtidos, para detectar possíveis falhas ou problemas e redirecionar os esforços, quando necessário.
- É necessária uma avaliação da situação atual e do potencial turístico da área, e a determinação do nível desejado de turismo. A partir daí, são estabelecidos os passos para alcançá-lo. Esses passos devem considerar os interesses e as necessidades dos diversos setores envolvidos, colocando sempre os interesses das populações locais sobre todos os demais.

Assim, espera-se alcançar uma atividade mais justa e mais humana em relações a essas populações.

- Os esforços devem concentrar-se no desenvolvimento endógeno (a partir de dentro). A comunidade deve se desenvolver principalmente a partir dos recursos que dispõe, de seus próprios esforços e de acordo com suas condições, e não depender de fatores externos para se desenvolver.

- Todos os envolvidos devem estar cientes do seu papel e de suas responsabilidades. A população deve ser treinada para praticar e para liderar o ecoturismo na sua comunidade.

- A comunidade deve ter o controle sobre o que será feito na área que lhe pertence. A mão-de-obra local deve ser aproveitada na execução de tarefas relacionadas ao ecoturismo como: guias das visitas dentro das comunidades; planejamento, criação e manutenção das trilhas; caminhadas nas trilhas e nas matas. Essa medida, além de gerar empregos diretos, eleva a auto estima dos comunitários, gera uma maior consciência ambiental e fortalece os valores tradicionais repassados de geração a geração.

- O ecoturismo deve ser concebido como uma atividade alternativa para a comunidade. Outras atividades devem ser incentivadas e as atividades tradicionais devem ser preservadas. O ecoturismo irá contribuir para o desenvolvimento da comunidade complementando sua renda. Esta é uma forma da cultura dessa comunidade também ser preservada, pois os valores e atividades tradicionais serão mantidos e o ecoturismo será explorado paralelamente. O visitante terá a oportunidade de conhecer, verdadeiramente, a “vida do caboclo”.

De forma alguma este trabalho se propõe, e nem mesmo seria capaz de esgotar o assunto. O que se pretende é contribuir para o aprimoramento do ecoturismo para que este venha realmente ser um instrumento de preservação e de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, e abrir caminho para que outras investigações sejam realizadas através do estudo mais aprofundado de outras questões.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BOO, Elizabeth. *The Ecotourism Boom: planning for Development and Management*. Wildlands and Human Technical Paper Series. Washington D.C., n. 2, 1992.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald (org.). *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: SENAC, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Governo do estado do Amazonas. Prefeitura Municipal de Iranduba. *Estudos de diagnósticos do município de Iranduba com diretrizes de desenvolvimento sustentável*. Vol. 1. Abril, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.6, n.1-2, p.22-29, janeiro/junho 1992.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

EMBRATUR – **Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais**. Brasil: 1994.

FENNELL, David A. **Ecoturismo – Uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, Antônio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 15 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODARD, Olivier. O Desenvolvimento Sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.) *Faces do Tópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/ UFPA-NAEA, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/municípios.htm>.> Acesso em: 20 jan 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

Ministério do Meio Ambiente/ Governo do Estado do Amazonas/ Prefeitura Municipal de Iranduba (Março/ 2002).

PEREIRA, Henrique. Biodiversidade: a Biblioteca da Vida. In: RIVAS, Alexandre; FREITAS, C. E. **Amazônia: Uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2002.

RATTNER, Henrique. Planejamento e Bem Estar Social. São Paulo: Perspectiva, 1977.

RIBEIRO, Joana D'Arc. Ecoturismo: sustentabilidade na Amazônia. In: RIVAS, Alexandre; FREITAS, C. E. **Amazônia: Uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2002.

SOUZA, Armanda; CORRÊA, Marcus. Turismo: Conceitos, Definições e Siglas. Manaus: VALER, 1998.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R.; WARREN, Ilse Scherer; GUIVANT, Julia Silvia; VIEIRA, Paulo Freire; KRISCHKE, Paulo José. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

Anexo B – Modelo do Formulário Focal

FORMULÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO FOCAL

Data: ____/____/ 2006 – Entrevistador: Lorena Façanha

1. LOCALIDADE

Nome da comunidade: _____

Nº de famílias: _____

2. DADOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

- Data de fundação da comunidade: ____/____/____

- Como a comunidade nasceu? _____

- Como se originou o nome da comunidade: _____

- Morador (es) mais antigo (s): _____

- Quais os festejos existentes na comunidade/ época do ano em que acontecem:

- Existe algum festejo que vocês fazem para atrair turistas? _____

- Como esses festejos são organizados? _____

- O que as pessoas da comunidade fazem para se divertir? _____

- Como são ensinados os costumes de caçar, pescar, plantar etc. para as crianças? _____

3. RELIGIÃO

- Quais as principais religiões da comunidade? _____

4. INFRA-ESTRUTURA COMUNITÁRIA

() Escola

() Sede

() Canoa/ voadeira

() Posto de saúde

() Bomba d'água

() Antena

() Motor de luz

() Capela/ igreja

() Outros: _____

() Campo de futebol

() Poço

5. EDUCAÇÃO

- A escola da comunidade é boa? Explicar. _____

- Como as crianças vão até a escola? _____

- Quais são os principais problemas relacionados à educação? _____

6. SAÚDE

- Que tipo de assistência à saúde é dada na própria comunidade? _____

- Tem na comunidade: Responder SIM ou NÃO.

() Agente de saúde? Quantos? _____

() Parteira? Quantas? _____

() Benzedor (eira)? Quantos? _____

() Outros: _____

- Há campanhas/atividades de prevenção/combate às doenças? ()SIM ()NÃO
Quais?

() Vacinação

() Borrifação

() Palestras

() Outros: _____

- Quais as doenças mais freqüentes?

NAS CRIANÇAS	NOS ADULTOS

- Quais são os principais problemas relacionados à saúde? _____

7. COMUNICAÇÃO

- Como as pessoas da comunidade fazem para se comunicar? _____

8. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- Existe algum grupo ou associação na comunidade? SIM () NÃO ()

Caso afirmativo, qual? _____

- Com que frequência se reúnem? _____
- Quem participa? _____
- Os participantes pagam alguma taxa? SIM () NÃO ()
- Caso afirmativo, qual o valor? _____
- Qual a finalidade dessa arrecadação? _____

9. DADOS ECONÔMICOS

- Quais as principais fontes de renda na comunidade?
 - () Caça
 - () Pesca
 - () Coleta de produtos florestais
 - () Turismo
 - () Agricultura
 - () Criação
 - () Benefício social: () aposentadoria; () bolsa-família; () bolsa escola; () auxílio gás;
 - () Outros: _____
- O que é turismo para o senhor/senhora? _____
- _____
- _____
- Há quanto tempo o turismo é praticado na comunidade? _____
- _____
- Como o turismo é desenvolvido na comunidade?
 - () A comunidade recebe grupos de turistas para visitas. Caso afirmativo, com que frequência? _____
 - () Venda de artesanatos, bebida, comida etc. para os visitantes.
 - () Pessoas da comunidade trabalham nos hotéis de selva.
 - () Os hotéis compram produtos da comunidade (alimentos, por exemplo). Caso afirmativo, quais os produtos? _____
 - () Outras respostas: _____
- _____
- _____
- Quais os principais cargos ocupados pelas pessoas da comunidade nos hotéis? _____
- _____
- Quais as qualificações necessárias para esses cargos? _____
- _____
- Quais os principais problemas da comunidade em relação ao turismo? _____
- _____

10. SOBRE O TURISMO

- O que o turismo trouxe de **bom** para a comunidade? _____
- _____
- O que o turismo trouxe de **ruim** para a comunidade? _____
- _____
- Qual o tipo de turistas que visita a comunidade?
 - () Mais estrangeiros.

Anexo C – Modelo do Formulário de Entrevista Estruturada

Comunidade: _____ Data: ____/____/2006

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Idade: _____

1.2 Sexo: () Masculino () Feminino

1.3 Nº de pessoas na família: _____

1.4 Nº de crianças: _____

1.5 Todas as crianças freqüentam a escola? () SIM () NÃO

1.6 Local de nascimento:

A. Na própria comunidade (____)

B. No Acajatuba (____)

C. No município (____)

D. No estado do Amazonas (____)

E. Em outro local (____) – Onde: _____

1.7 Seu grau de escolaridade

Ensino: Fundamental (____) Médio (____) Superior (____)

2. FATORES SÓCIO-CULTURAIS

2.1 Quantas pessoas da sua família estão empregadas formalmente? _____

2.2 Quais as fontes de renda de sua família?

() Caça

() Pesca

() Coleta de produtos florestais

() Turismo

() Agricultura

() Criação

() Benefício social:

() aposentadoria; () bolsa-família; () bolsa escola; () auxílio gás.

() Outros: _____

2.3 O nível de desemprego está relacionado a um determinado período do ano (seca, cheia, vazante e enchente)?

A. (____) Sim

B. (____) Não

C. (____) Outros: _____

2.4 Qual a sua opinião sobre o turismo intenso em sua comunidade?

A. (____) Sou a favor.

B. (____) Sou contra.

C. (____) Tanto faz.

2.5 São realizadas atividades culturais como festas, campeonatos etc. na sua comunidade?

A. (____) Sempre.

B. (____) Às vezes.

C. (____) Quase nunca

2.6 Sua comunidade tem sido beneficiada pela melhoria de serviços como saúde, segurança, educação, transportes etc.

A. (____) Sim

B. (____) Não

Se a resposta for sim, indique os serviços que apresentaram melhorias:

- A. Saúde
- B. Educação
- C. Transportes
- D. Segurança

Outros. Quais? _____

2.7 Na sua opinião a comunidade protege a natureza?

- A. (____) Sim
- B. (____) Não

2.8 Por quê? _____

3. FATORES ECONÔMICOS

3.1 Você acha que a comunidade em geral se beneficia do turismo?

A. (____) Sim – Como: _____

B. (____) Não – Por quê? _____

3.2 A renda gerada pelo turismo é suficiente para motivar a comunidade a proteger a natureza?

- A. (____) Sim
- B. (____) Não

3.3 O volume de turismo atual gera uma renda satisfatória?

- A. (____) Sim
- B. (____) Não

3.4 Os hotéis oferecem emprego e oportunidades às pessoas da comunidade?

- A. (____) Sim.
- B. (____) Não.
- C. (____) Somente em algumas épocas do ano.

3.5 Quais os cargos ocupados pelas pessoas da comunidade nos hotéis?

- A. Cozinheiro
- B. Camareira
- C. Barqueiro
- D. Guia
- E. Outro - _____

3.6 O pagamento/ salário por estes empregos é suficiente para manter a família?

- A. (____) Sim.
- B. (____) Não.

3.7 As condições de trabalho são BOAS?

A. (____) Sim. _____

B. (____) Não. _____

3.8 Existem cursos que preparam as pessoas da comunidade para trabalhar no turismo?

A. (____) Sim – Quais? _____

B. (____) Não.

4. SOBRE O TURISMO

4.1 Há em sua comunidade reuniões com os comunitários, os donos dos hotéis, a prefeitura etc. sobre o turismo?

- A. (____) Sim, regularmente.
- B. (____) Não, nunca houve.
- C. (____) Já houve, mas não há mais.

4.2 A comunidade participa das decisões relacionadas ao turismo?

- A. (____) Não.
- B. (____) Sim.
- C. (____) Às vezes.

4.3 Há em sua comunidade cursos que preparam os comunitários para organizar o turismo?

- A. (____) Sim, regularmente.
- B. (____) Não, nunca houve.
- C. (____) Já houve, mas não há mais.

4.4 Existem pessoas da comunidade que ocupam cargos de liderança no planejamento do turismo?

- A. (____) Sim.
- B. (____) Não.

4.5 As necessidades da comunidade são consideradas nas decisões relacionadas ao turismo?

- A. (____) Sim.
- B. (____) Não.

4.6 Na sua opinião, o que o turismo trouxe ou traz de bom para a comunidade?

4.7 O que o turismo trouxe ou traz de ruim para a comunidade?

4.8 Na sua opinião, o que pode melhorar para que o turismo traga mais benefícios para a comunidade? _____
